

Mandato Luciana Genro
Deputada Federal do PSOL/RS

Cadernos
Esquerda
Socialista



Caderno n° 1

Introdução ao marxismo

a partir da leitura
do Manifesto Comunista

Israel Dutra

UMA INTRODUÇÃO AO MARXISMO

A PARTIR DA LEITURA
DO MANIFESTO COMUNISTA

ISRAEL DUTRA

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro número da coleção Cadernos Esquerda Socialista. Seu objetivo é aproximar os militantes e amigos do PSOL dos aspectos teóricos da tradição marxista, ajudando a compreender melhor o mundo em que vivemos.

A formação política é uma peça importante para a militância de esquerda, para armar nossa intervenção no cotidiano. O PSOL agregou importantes setores militantes do povo: movimento popular, sindical, estudantil. Muitos militantes nossos atuam nos bairros, discutindo com vizinhos o melhor modo de encaminhar problemas da comunidade. A formação política auxilia a compreender qual é a relação entre estes problemas imediatos e a luta por um futuro melhor; no movimento sindical, ajuda a relacionar reivindicações salariais e a luta por novas relações sociais; entre os estudantes, a formação política permite a correção – muitas vezes necessária – do ensino acadêmico, quando este reproduz concepções funcionais à perpetuação das relações sociais de desigualdade.

Conhecer o “ABC”, os primeiros passos na formação da esquerda, é fundamental; por isso, escolhemos apresentar uma breve e simplificada leitura do Manifesto Comunista.

Para citar apenas alguns aspectos que revelam a importância de relermos o Manifesto: nossa luta cotidiana contra os desmandos do capitalismo não pode nos deixar perder de vista sua dimensão histórica – o capitalismo não é eterno! Tampouco, irá sucumbir de “morte natural” ou “cair de podre”.

O marxismo, além de sua feroz crítica ao atual sistema, propõe construir possibilidades de mudança, de uma mudança socialista. A queda do muro de Berlim fez com que muitos daqueles que acreditavam no socialismo abandonassem suas bandeiras. Nós, ao contrário,

reiteramos nossa convicção na construção de um outro mundo. Os países do leste europeu, ainda que tenham iniciado trilhando uma trajetória socialista, converteram-se em ditaduras burocráticas que nada mais possuem em comum com a proposta do marxismo. Como disse o escritor Eduardo Galeano: “enganam-se os que enterram o stalinismo pensando ser este o fim do socialismo”. Este aspecto é essencial, pois, ao longo do século XX, a esquerda percebeu a importância de incorporar a luta pela liberdade à luta pelo socialismo.

Queremos transmitir o conhecimento acumulado da classe trabalhadora a partir de seus expoentes mais conhecidos: Marx e Engels. A crise que percorre o mundo desde 2007, elevando os índices de desemprego em países centrais, como Espanha, França, Estados Unidos e Japão, demonstra, mais uma vez, a necessidade de lutarmos por um outro mundo possível. O Manifesto Comunista inicia pela frase “Um espectro ronda a Europa - o espectro do comunismo”. A crise capitalista desfaz qualquer solidez nos argumentos dos que afirmam que o capitalismo é invencível, com os quais condenam os povos a aceitarem o pensamento único, o discurso de que “acabou a história” e não há mais luta de classes. Isto, a cada dia que passa, se demonstra mais falso. O aporte do marxismo, com as devidas atualizações, é fundamental para entendermos o mundo complexo do século XXI.

O marxismo é a ruptura profunda com as antigas visões de mundo, a partir da crítica da sociedade burguesa; é – a um só tempo – um amplo movimento social e político, um método de interpretação da realidade e uma corrente de pensamento que expressa os interesses da classe trabalhadora. Longe de ser um dogma, como apregoam seus críticos, o marxismo é um método crítico, profundamente transformador, dialético. Nasce como expressão das lutas e do avanço do conhecimento no século XIX. As três grandes vertentes que contribuíram para a origem do marxismo foram a

economia clássica inglesa, o socialismo utópico francês e a filosofia alemã.

Este caderno, para aprofundar alguns temas, também foi beber na fonte de inúmeros autores marxistas. Neste caso, o grande marxista argentino Nahuel Moreno foi a quem mais recorreremos. Além dele, nos valem de Ernest Mandel, economista belga; de Leo Huberman, historiador norte-americano; do professor e militante marxista gaúcho, Otto Alcides Ohlweiler; do historiador marxista Eric Hobsbawm, entre outros. Também participamos dos estudos de formação política desenvolvidos pelo MES (Movimento Esquerda Socialista), no ano 2000, trabalho coordenado por Pedro Fuentes, antigo dirigente internacionalista e atual Secretário de Relações Internacionais do PSOL, e Roberto Robaina, Presidente Estadual do PSOL, membro da Executiva Nacional do Partido e autor de duas obras sobre a trajetória do PT. Ambos os companheiros são fundadores do MES e membros de sua Direção Nacional.

Também há que se registrar que está para ser reeditada, nesta nova série, a cartilha sobre os noventa anos da Revolução Russa, de autoria do sociólogo e militante Bernardo Correa.

É desta forma que nossa corrente, o MES, como parte integrante do PSOL, deseja colaborar com a atividade teórica: aprofundando temas concretos e auxiliando o conjunto do Partido a estimular uma política de formação.

Assim que, diferente dos trabalhos regidos por normas acadêmicas e formais, a coleção Cadernos Esquerda Socialista preza por entendimento fácil e estímulo ao pensamento crítico, colocando-se a serviço da emancipação dos trabalhadores e de suas tarefas políticas cotidianas e estratégicas, entre as quais se põe em relevo, atualmente, o grande esforço para construir e ampliar o Partido Socialismo e Liberdade.

CAPITULO I

COMO FUNCIONA A SOCIEDADE?

Antes de sairmos de casa para algum compromisso, costumamos nos certificar da previsão do tempo pelo rádio, pela TV ou pela Internet. Assim, ficamos sabendo se precisaremos de um guarda-chuva, caso esteja prevista chuva, ou se devemos sair levando um casaco, se a previsão for de uma queda na temperatura. Podemos nos utilizar destas previsões porque a chuva, o frio, o calor são fenômenos naturais, fenômenos que podemos estudar, podemos analisar e conhecer.

Na sociedade, também existem fenômenos. Conhecê-los é fundamental.

Para conhecer estes fenômenos, Marx construiu uma série de categorias relacionadas a uma teoria geral do desenvolvimento da história, o materialismo histórico. Nos capítulos posteriores, traçaremos uma linha histórica do desenvolvimento do homem e das diferentes sociedades. Neste capítulo, queremos apresentar as principais categorias que Marx utilizou para conhecer como funciona a sociedade.

Em uma nota, conhecida como “Discurso sobre a tumba de Marx”, Engels foi certeiro ao apontar o essencial da contribuição de seu amigo, companheiro e ideólogo:

“Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana; o fato tão simples, porém até ele oculto sob a malvadeza ideológica, de que o homem necessita, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de fazer política, ciência, arte, religião, etc., e que, portanto, a produção dos meios de vida imediatos, materiais – e, por conseguinte, a correspondente fase econômica do desenvolvimento de um povo ou de uma época – é a base a partir da qual se desenvolvem as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e inclusive as idéias religiosas dos homens e é de acordo com tal base, portanto, que essas devem ser explicadas, e não ao contrário, como até então se vinha fazendo”.

Para pensarmos a sociedade, desde as mais primitivas até a atual (com internet banda larga, I-phone, e outras tantas tecnologias) te-

mos que partir do modo com que o homem se relaciona com a natureza (infraestrutura); em como os homens se relacionam entre si para produzir (estrutura); e então no modo com o qual os homens, a partir dessas relações anteriores, constroem as normas para sua vida em sociedade (superestrutura). Sinteticamente, vamos apresentar cada uma destas categorias.

FORÇAS PRODUTIVAS (INFRAESTRUTURA)

Segundo Marx, para definir cada sociedade é necessário tomar como ponto de partida o seu aspecto fundamental, isto é, a relação que homens estabelecem com a natureza para produzir e satisfazer suas necessidades.

A espécie humana se distingue do restante dos animais pela sua capacidade de transformar a natureza. Cada espécie animal – salvo o homem – utiliza sempre os mesmos meios para sobreviver, estabelecendo sempre a mesma relação com o meio ambiente. Como nos ilustra Marx:

“A aranha realiza operações que lembram o tecelão e as caixas suspensas que abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que, antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente. No final do processo do trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que foi dada pela natureza, como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade”. (MARX, O capital. p.211-212)

O homem trabalha sobre a natureza, modificando-a. Conforme explica Plekhanov:

“Mas, que são forças produtivas?”

Como todos os animais, o homem é obrigado a lutar por sua existência. Toda luta supõe certo desgaste de forças. O estado das forças determina o resultado da luta. Entre os animais, estas forças dependem da própria estrutura do organismo: as forças de um cavalo selvagem são bem diferentes das de um leão, e a razão desta diferença reside na diversidade de organização. A organização física do homem tem, naturalmente, influência decisiva sobre sua

Para pensarmos a sociedade, desde as mais primitivas até a atual temos que ver como o homem se relaciona com a natureza (infra-estrutura); como os homens se relacionam entre si para produzir (estrutura); e como os homens, a partir destas relações anteriores constroem as normas para sua vida em sociedade (superestrutura).

A espécie humana se distingue do restante dos animais pela sua capacidade de transformar a natureza. Cada espécie animal – salvo o homem – utiliza sempre os mesmos meios para sobreviver, estabelecendo sempre a mesma relação com o meio ambiente.

maneira de lutar pela existência e sobre os resultados desta luta. Assim como, por exemplo, o homem é provido de mãos, certo é que seus vizinhos, os quadrumanos (os macacos) também têm mãos; mas as mãos dos quadrumanos são menos perfeitamente adaptadas a diversos trabalhos. A mão é o primeiro instrumento de que se vale o homem na luta pela sua existência, como ensinou Darwin.” (Plekhanov, A Concepção Materialista da História. p.33)

Podemos denominar a relação entre os homens e a natureza de “meios de produção”, “infraestrutura” ou “forças produtivas”.

“Ora a produção de bens, qualquer que ela seja, realiza-se através do processo de trabalho, que envolve os seguintes elementos: a) os meios de trabalho – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar – instrumentos, ferramentas, instalações, etc., bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; b) os objetos de trabalho – tudo aquilo sobre o qual incide o trabalho humano – matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho; c) força de trabalho - trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, valendo-se dos meios de trabalho, é utilizada para transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades. O conjunto desses elementos designa-se forças produtivas.” (Netto, José Paulo, Economia Política : Uma Introdução Crítica, p.58)

O desenvolvimento das forças produtivas acontece por mudanças / saltos de qualidade nas ferramentas e nas técnicas. Já vimos vários exemplos ao longo da história: o domínio da técnica de irrigação foi responsável pela civilização, pondo fim ao nomadismo e abrindo espaço para novos tipos de relações sociais. O mesmo se pode dizer do arado de ferro e da técnica de rodízio de terras quando revolucionaram por completo as estruturas da sociedade feudal. Ou seja, é o desenvolvimento das forças produtivas o principal responsável pelo avanço histórico. Segundo Ohlweiler,

“Se agora quisermos nos referir à totalidade dos fatores materiais (meios de produção) e pessoais (os homens portadores da força de trabalho), então essa totalidade constitui as forças produtivas da sociedade. O modo de apropriação da natureza pelo homem e o grau de domínio do homem sobre aquela podem ser, em cada estágio do desenvolvimento da sociedade, expressos pelo nível alcançado pela forças produtivas materiais e pessoais da sociedade em questão. A quantidade e qualidade dos meios de produção, e mais o número e a habilitação natural e

intelectual dos trabalhadores é que definem o nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. No conjunto das forças produtivas, os fatores pessoais (os homens portadores da força de trabalho) prevalecem sobre os fatores materiais (meios de produção) porque são os homens que movimentam os meios de produção e constantemente os aperfeiçoam com vistas a facilitar o trabalho.” (Ohlweiler. Materialismo histórico e crise contemporânea, p.10-11)

A mais importante força produtiva na concepção materialista é o próprio homem.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO (ESTRUTURA)

Para produzir, os homens necessitam interagir com a natureza e entre si e fazem isso de diferentes formas. A relação homem-homem, entre agentes de produção, é interna à sociedade. As relações de produção são relações que os homens estabelecem entre si para produzir e distribuir produtos.

Nem todos os homens cumprem o mesmo papel, nem todos ocupam o mesmo lugar na produção. Em uma empresa do ramo metalúrgico, por exemplo, vamos encontrar o operário, trabalhando diretamente na linha de montagem, durante uma jornada diária de oito horas, e os gerentes e os donos da empresa, que passam o seu tempo observando e “garantindo” que os operários trabalhem “direitinho”. Numa fazenda, vamos encontrar os lavradores ou peões que trabalham desde os primeiros raios de sol, sem cessar, até a noite escura, dando todo seu suor. Nessa mesma fazenda, provavelmente, o dono e seus familiares levam uma vida confortável, sem precisar trabalhar arando a terra, apenas fazendo seus negócios. Várias novelas da televisão retratam esta realidade, onde o peão é aquele que trabalha dia e noite e o “coronel”, como é muitas vezes chamado o latifundiário, está sempre descansando, comendo churrasco e se dedicando a “administrar” suas terras. Os grandes banqueiros vivem à custa de movimentar o dinheiro alheio, vivendo de investimentos e dos altos juros pelos empréstimos que concedem.

As relações de produção são determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção, conforme explica Netto:

“Se a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva (como no comunismo primitivo), tais relações são de coopera-

As relações de produção são determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção. Se a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva (como no comunismo primitivo) tais relações são de cooperação e ajuda mútua, se a propriedade é privada, as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos (os trabalhadores), ou seja, estes são explorados por aqueles.

ção e ajuda mútua (...); se tal propriedade é privada, as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção se apropriam dos frutos do trabalho dos produtores diretos (os trabalhadores), ou seja, estes são explorados por aqueles.” (Netto, p.60)

Ao longo da história, diferentes sociedades, relativamente às suas forças produtivas, mantiveram também distintas relações de produção. No sistema de produção Asiático, a terra era propriedade estatal, controlada por uma burocracia despótica, que explorava os camponeses; no sistema escravista, os senhores eram donos das terras, dos instrumentos e dos próprios escravos; no sistema de produção feudal, os senhores eram os proprietários nominais da terra, sendo os servos donos de algumas ferramentas e meios de produção secundária; no capitalismo, a burguesia detém os meios de produção, restando à classe trabalhadora vender sua força de trabalho. No capitalismo todo produto é mercadoria, sendo que os capitalistas compram a força de trabalho dos proletários pagando a estes produtores, uma remuneração em dinheiro, denominada salário.

Nestas circunstâncias, aos diferentes conjuntos de homens de idêntica relação com a propriedade do aparato produtivo e seus produtos chamamos classes sociais.

CLASSES SOCIAIS

Nas formações sociais capitalistas, há duas classes sociais fundamentais. Duas classes que são antagônicas: a burguesia, dona dos meios de produção, e o proletariado que, através de sua força de trabalho, produz a riqueza da sociedade.

Na sociedade de classes existe a propriedade privada dos meios de produção. A burguesia é dona dos meios de produção e de troca – as empresas, as usinas, os bancos, os transportes, etc. Os latifundiários são proprietários de grandes extensões de terra. O direito de herança assegura a transmissão das propriedades dos burgueses e latifundiários para seus filhos e descendentes. Já os trabalhadores nada têm a não ser a sua força de trabalho. Marx os chamou “proletários” exatamente por sua condição: a única “propriedade” que os trabalhadores têm, efetivamente, é sua “prole”, ou seja, seus filhos.

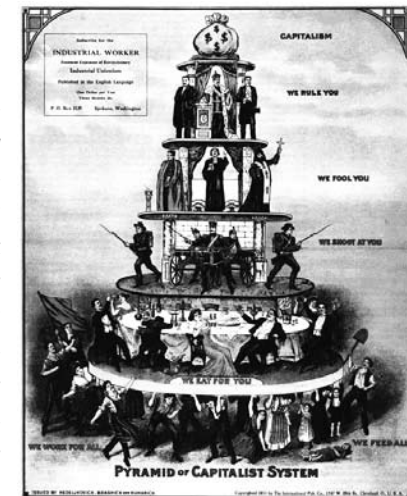
Além da burguesia e do proletariado – classes fundamentais e

antagônicas –, existem outras classes na sociedade capitalista. Os latifundiários, os pequenos proprietários, as classes médias urbanas e o chamado lumpen-proletariado.

A pequena burguesia é formada por aqueles que, de alguma forma, não estão obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. O pequeno burguês tem o seu próprio negócio, sua propriedade, ainda que pequena. Fazem parte desta classe intermediária os pequenos industriais, os pequenos comerciantes, os camponeses com terra, os profissionais liberais que trabalham por conta própria, etc. O desenvolvimento da indústria e do Estado no capitalismo gerou novos trabalhos e outras posições no processo produtivo, por exemplo, gerentes, administradores, engenheiros, contadores, técnicos altamente capacitados, etc. Estes profissionais, embora não sejam donos de alguma propriedade, são mais bem remunerados e gozam de uma posição privilegiada.

Mas a principal questão para Marx, quando analisou a classe média e a pequena burguesia no Manifesto Comunista, era a de que havia uma clara tendência à sua divisão e posterior extinção como classe. O capitalismo, pela tendência à concentração da propriedade e acúmulo cada vez maior de riquezas nas mãos de uma pequena minoria, não deixaria margem para a existência de uma classe intermediária e o futuro da classe média seria ir se proletarizando, ou seja, ir se tornando parte, também, da classe de trabalhadores assalariados. Segundo o Manifesto,

“As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros, porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população.”



No capitalismo, as duas classes fundamentais são antagônicas: a burguesia (dona dos meios de produção) e o proletariado (que produz a riqueza da sociedade). A burguesia é dona dos meios de produção e troca (as empresas, as usinas, os bancos, os transportes, etc.). Os latifundiários são donos de grandes propriedades de terra. Já os trabalhadores não tem nada a ser sua força de trabalho.

É necessário ressaltar que, hoje, ao contrário do tempo de Marx, o proletariado não se reduz ao operariado industrial. Como apontou Engels, em um dos prefácios posteriores do Manifesto,

“Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletários, entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho.”

As classes estão divididas de acordo com o papel que cada uma desempenha nos meios de produção. O lumpen-proletariado é formado por aqueles indivíduos que estão à margem de todo o processo de produção. O lumpen-proletariado, conforme afirmam Marx e Engels no Manifesto Comunista, “é produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade” e “pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predis põem mais a vender-se à reação para servir às suas manobras”.

Podemos citar como exemplo contemporâneo do lumpen-proletariado, o alto número de moradores de rua, reforçados pela verdadeira epidemia de crack que tomou conta das periferias do país.

Existe um debate sobre os critérios para a definição das classes sociais. Acreditamos que a noção de classe, ainda que não tenha sido desenvolvida de forma taxativa por Marx, relaciona-se ao lugar no processo de produção. A definição clássica de Lênin, citada no “Dicionário de Sociologia Marxista”, de autoria do sociólogo panamenho Olmedo Beluche, nos parece bastante clara:



“As classes sociais são grandes grupos de pessoas que se diferenciam umas das outras pelo lugar que ocupam num sistema de produção historicamente determinado, pelas relações que contraem com respeito aos meios de produção (relações que são, em grande parte estabelecidas e fixadas em lei), por seu papel na organização social e, por conseguinte, pelo modo e proporção com que obtêm a parte da riqueza de que dispõem.” (Beluche, Olmedo. Dicionário de Sociologia Marxista, p.42)

Vários teóricos pós-modernos apregoam que “a classe trabalhadora morreu” ou que já não existiriam mais as clássicas divisões em classes. Nós acreditamos ao contrário e que a ampla maioria da humanidade é parte da classe trabalhadora justamente pelo fato de que toda essa ampla maioria necessita vender sua força de trabalho para poder sobreviver. Claro que, hoje, a classe trabalhadora está mais diversificada, não se restringindo à classe operária fabril. Os assalariados cresceram muito no setor de serviços no século XX.

O fundamental, para Marx – e para o PSOL, pois é uma tarefa mais atual do que nunca, é a união dos trabalhadores dos diferentes setores – indústria, comércio, serviços, trabalhadores do campo, funcionários públicos – numa mesma luta contra os patrões, seus representantes políticos, o Estado e o conjunto da sociedade capitalista. Isso é um passo em direção à Consciência de Classe.

SUPERESTRUTURA

Ao explicar a organização social e suas fases de mudança, Marx constata o seguinte:

“Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela (...)” (Marx, K. Prefácio Para a Crítica da Economia Política)

Se já chegamos à conclusão de que a base econômica está composta pelas forças produtivas e as relações de produção (estrutura e infraestrutura), que seria para o marxismo a “imensa superestrutura”?

Esta categoria apontada por Marx é hoje reconhecida por inúmeros pensadores sociais, sejam eles marxistas ou não. Acima da estrutura econômica, da base, organizada em torno da produção e distribuição, existem outros fenômenos da vida social que não se enquadram nem na estrutura nem na infraestrutura. Estes fenômenos, que organizam a vida social de conjunto, foram denominados de superestrutura. Grosso modo, podemos distinguir dois tipos de superestruturas:

“Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social.”

Marx

1) as instituições, superestruturas de caráter objetivo, ou o conjunto das instituições, como o Estado, a Justiça, o Parlamento, o Exército, a Igreja, a Escola, os partidos políticos e os sindicatos;

2) as ideologias, que podemos denominar superestruturas subjetivas, ou as falsas consciências, como as religiosas ou as crenças na Pátria.

À medida que as forças produtivas foram avançando e a sociedade se tornando mais complexa, grupos de homens foram se especializando em atividades não-econômicas, com o sentido de administrar as econômicas. Nos primeiros estágios da civilização, nem todos os homens praticavam a irrigação, uma pequena parte deles era responsável pela administração das águas, controlando em conjunto o processo produtivo e, desta forma, o processo de organização social. Assim alguns homens viviam da administração e não de atividades diretamente produtivas. Com o passar do tempo, vários grupos foram se especializando e cumprindo diferentes papéis: os juízes arbitravam sobre os conflitos, os guerreiros preparavam a guerra com seu exército, os políticos discutiam, os sacerdotes organizavam a crença alheia, e assim por diante. As organizações criadas pelos homens para responder a estas especialidades chamamos de instituições.

O segundo tipo de superestrutura também é fundamental para a reprodução das relações de dominação. As falsas ideologias ajudam a alienar milhões de trabalhadores no mundo. Existem variadas formas de ideologias que são um entrave para a libertação da classe trabalhadora. Uma delas



é a ideologia individualista, a crença em que “trabalhando com o suor do rosto, todos podem chegar lá” ou “enriquecer”. A expressão mais conhecida desta ideologia é “o exemplo de vida” do apresentador de TV, Sílvio Santos, que teria saído da condição de vendedor ambulante para ser um dos mais famosos e milionários personagens da TV. Outra ideologia que entrava a consciência dos trabalhadores é a que “juntos,

trabalhadores e patrões, podem desenvolver o país e lutar contra a crise”. Na verdade, isso é uma falsa consciência que visa evitar as greves e a luta salarial da classe trabalhadora. É a ideologia da colaboração de classes que, na verdade, está a serviço dos interesses patronais.

No passado, algumas ideologias cumpriram um papel progressista. Até hoje se discute a série de revoltas populares, como Canudos, de Antonio Conselheiro, contendo elementos religiosos. Neste caso, sob o discurso bíblico, Conselheiro agrupou uma série de trabalhadores rurais em torno de uma visão igualitarista, com a qual lutou contra os desmandos do poder central e dos latifundiários. Ou seja, excepcionalmente, alguma ideologia falsa pode ser progressista na luta de classes; porém, com as relações sociais capitalistas mais e mais desenvolvidas e com advento de uma corrente como o marxismo, que tem critérios objetivos e científicos para analisar e intervir sobre a realidade, essa possibilidade, esse cenário, torna-se cada vez mais remoto.

As classes sociais têm sua expressão na superestrutura. Existem superestruturas da burguesia, como as estatais (exército, governos, parlamentos, justiça, polícia), os partidos políticos como o DEM, PMDB, PDT, etc. e as representações de classe, tais como a FIESP, FIERGS, a CNI, a FARSUL, entre outras. Há também as superestruturas operárias como os sindicatos e os partidos com base trabalhadora, sejam eles burocráticos e traidores como o PT e a CUT, sejam os sindicatos de esquerda e o PSOL. Também as Associações de Moradores e os movimentos sociais são superestruturas que respondem à classe trabalhadora.

Podemos esquematizar assim: se a infraestrutura corresponde ao grau de desenvolvimento das forças produtivas / meios de produção e a estrutura, às determinadas relações de produção/ classes sociais, a superestrutura corresponde à organização e ao funcionamento de toda a vida de uma sociedade, não apenas aos seus fatores econômicos.

Como exposto no Manifesto, no capitalismo, a burguesia domina o conjunto da superestrutura. A classe dominante detém o Estado como aparelho para manutenção de seus “negócios” e, além da gestão do Estado e de suas forças repressivas – fundamentais para a manutenção da ordem – a burguesia domina ideologicamente, valendo-se de uma série de “aparelhos ideológicos”, dos quais são exemplos a mídia e a escola. Não à toa que Marx afirmou:

A burguesia domina o conjunto da superestrutura. A classe dominante detém o Estado como aparelho para manutenção de seus “negócios” e, além da gestão do Estado e de suas forças repressivas – fundamentais para a manutenção da ordem – a burguesia domina ideologicamente, valendo-se de uma série de “aparelhos ideológicos”, dos quais são exemplos a mídia e a escola.

“As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante.”

Em formações sociais de modo asiático de produção, como a do Antigo Egito e o Império Inca, a ideologia dominante perpetuava idéias como a que os faraós, ou os incas, seriam “os enviados dos deuses na Terra”, seriam, portanto, “inquestionáveis”. No feudalismo, a Igreja dividia o poder com os reis por conta da “vontade de Deus”. Hoje, 24 horas por dia, pelo rádio, na televisão e na Internet, a grande mídia tenta nos inculcar a idéia de que a propriedade privada é um “direito natural”.

A militância do PSOL, junto com vários ativistas, tem a tarefa de quebrar estes pensamentos. Respeitando e dialogando com as crenças individuais, deve chamar a classe trabalhadora a confiar apenas em suas próprias forças.

O ESTADO

A burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno (capitalista). O governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns a toda a burguesia.

O processo de transformação do feudalismo para o capitalismo gerou mudanças na classe que controla o poder, este, desde então, passou exclusivamente para as mãos da burguesia, através do controle do Estado que essa classe conquistou.

Neste sentido, em uma sociedade dividida entre opressores e oprimidos, o Estado não pode ser considerado uma instituição “neutra”, mas sim, um instrumento de dominação de uma classe sobre outra. Engels, porém, levantou outras hipóteses, em casos de exceção, como veremos mais adiante.

Engels aprofunda:

“Como o Estado nasceu da necessidade de referendar os antagonismos de classe, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que, com a ajuda dele, se converte também na classe politicamente dominante adquirindo, com isso, novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida.” (in: Lênin, O Estado e a Revolução, p.30)

O nascimento do Estado ocorre quando as funções que eram realizadas por todo o coletivo convertem-se em patrimônio de um

grupo isolado de homens, especialistas em uma dada função. Vale lembrar que, na sociedade sem classes, primitiva, todos andavam armados, inclusive as mulheres. Todos decidiam e executavam de igual forma as funções da vida social.

Quando surgem instituições apartadas do povo, aparece o Estado: um exército armado separado do restante do povo; juízes com poderes de julgar seus semelhantes; dirigentes hierarquicamente superiores ao restante do coletivo e mesmo sacerdotes que passam a pregar suas idéias em separado do resto da população.

Estas transformações políticas só aconteceram sob determinadas condições; ou, dito de outro modo, só é possível excluir uma ampla parcela da população da administração direta da vida em sociedade, quando se criaram certas condições econômicas. E que condições eram estas? A existência de um excedente. Ou seja, no momento em que os homens passaram a produzir não apenas o necessário para saciar as necessidades de toda a tribo ou coletividade, começou a sobrar alimentos e produtos, possibilitando liberar uma parte da população da produção direta de sua sobrevivência.

O Estado vai se convertendo em instrumento de uma classe sobre outra. Os que realizam suas funções (exército, justiça, sacerdotes, políticos, etc.) não precisam produzir diretamente, podem viver à custa do trabalho de outros. A manutenção da ordem passa a ser primordial para que uma classe possa apropriar-se, calcada na propriedade privada, do trabalho de outra. *“Investidos do poder público e do direito de cobrança de impostos”* – nos diz Engels – *“os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados acima da sociedade”*

Assim, o Estado não é neutro, nem “exterior à sociedade”, como defendem os idealistas. Para o marxismo:

“O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior à sociedade. Não é, tampouco, ‘a realidade da Idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da Razão’, como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, dividindo-se em antagonismos inconciliáveis dos quais não pode se desvencilhar.” Pois, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se devorassem entre si e nem à sociedade numa luta estéril, houve a necessidade de *“uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade a fim de atenuar o conflito e mantê-lo nos limites*

O processo de transformação do feudalismo para o capitalismo gerou mudanças na classe que controla o poder, este, desde então, passou exclusivamente para as mãos da burguesia, através do controle do Estado que essa classe conquistou. Neste sentido, em uma sociedade dividida entre opressores e oprimidos, o Estado não pode ser considerado uma instituição “neutra”, mas sim, um instrumento de dominação de uma classe sobre outra.

O Estado burguês é formado por diversas instituições que exercem o poder na sociedade:
As Forças Armadas – representadas pelas cúpulas militares
– Poder Executivo – representado pela figura do Presidente da República
– Poder Judiciário – representado pelo sistema de leis e pelos juízes
– Poder Legislativo – representado pelas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Congresso e Senado
– Aparelhos Ideológicos – produtores e reprodutores de Ideologia: Igrejas, Escolas, Meios de Comunicação (mídia em geral), entre outros.

da 'ordem'. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado”.

As principais características deste Estado são, de acordo com Engels, a sua unidade territorial e o seu destacamento armado:

“Contrariamente à antiga organização patriarcal (de tribo ou clã), o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão de súditos em territórios. O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada. Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes (...). Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercitivas de toda a espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu.”

A utilização da força coerciva garante que o Estado continue sendo um mecanismo de dominação de uma classe sobre a outra. Sem o uso da força (polícia, exército), a manutenção do Estado enquanto um comitê para gerir os negócios da burguesia não estaria assegurada. O controle da violência deve ser assegurado como monopólio do Estado para que a ordem não seja “contestada”. Tanto é assim que, hoje em dia, uma das maiores despesas no conjunto do gasto público é a dos gastos militares, com a defesa do país e com forças repressivas e da ordem.

Contudo, uma sociedade que vive em permanente estado de tensão, de guerra, apenas controlada pelo uso da força, carregaria sintomas de crise permanente. Por isso, a adesão por parte da classe oprimida se faz necessária. Para obtê-la, o Estado precisa de um forte nível de condicionamento ideológico. Isso acontece através de vários aparelhos produtores de ideologia. O Estado moderno combina seu aparelho repressivo com o aparelho ideológico, produzindo uma visão a serviço das idéias da classe dominante.



combina seu aparelho repressivo com o aparelho ideológico, produzindo uma visão a serviço das idéias da classe dominante.

Não apenas o Estado antigo e o feudal formaram órgãos de exploração de escravos e de servos, também o mo-

derno Estado representativo (capitalista) é o instrumento de que se serve o Capital para explorar o trabalho assalariado. Afirma Mandel:

“Como sabemos, as necessidades monetárias do Estado moderno — o novo poder central, mais ou menos monarquia absoluta — tornaram-se cada vez maiores, desde o século XV em diante. É o dinheiro dos capitalistas, comerciantes, banqueiros, negociantes, que, em larga parte, enche os cofres do Estado. Sempre, desde esse tempo, um vez que os capitalistas pagam para manter o Estado, exigirão que este se coloque inteiramente ao serviço deles. Tornam isto perfeitamente claro e sentido pela própria natureza das leis que promulgam e pelas instituições por eles criadas. Várias instituições que hoje parecem de natureza democrática, por exemplo, a instituição parlamentar, revelam claramente a natureza de classe do Estado burguês.” (Mandel, E. Introdução al marxismo, p.17)

Engels ressalva, contudo, que, em momentos extraordinários, pode haver situações de equilíbrio entre as classes, e o Estado, então, cumprir um papel de “árbitro” entre conflitos. Em suas palavras:

“Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; de igual maneira, o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles.” (Engels, F. A origem da Família, da Propriedade Privada e do do Estado. p.184)

Concretamente, a abertura desta hipótese serve para refletirmos e avaliarmos situações concretas, nas quais possam existir contradições no que se refere ao papel que desempenham os Estados ao longo da história.

É necessário destacar que estas são situações excepcionais na história, e, portanto, não podemos apostar nesta dinâmica como regra. O Estado Moderno, burguês, está organizado para servir a um único propósito: manter a propriedade privada dos meios de produção, que é a base de toda a exploração capitalista e da existência da burguesia como classe dominante.

A utilização da força coerciva garante que o Estado continue sendo um mecanismo de dominação de uma classe sobre a outra. Sem o uso da força (polícia, exército), a manutenção do Estado enquanto um comitê para gerir os negócios da burguesia não estaria assegurada.

OS REGIMES E GOVERNOS

Além do Estado e suas instituições, temos ainda os regimes e os governos. Conforme vimos no Manifesto, no Estado capitalista, quem exerce o poder é a burguesia enquanto classe dominante. Esse poder é exercido de diferentes formas (regimes políticos), em diferentes períodos históricos, por diferentes pessoas (governos).

O tipo de regime é definido de acordo com qual instituição do Estado está exercendo, diretamente, o poder naquele momento, e com que característica o faz. Exemplos: entre os anos de 1964 e 1985, nosso país viveu sob um regime autoritário, restrito e controlado pela cúpula das Forças Armadas. Neste caso tínhamos um “regime militar”, melhor dizendo, uma “ditadura militar”. Hoje em dia, quem exerce o poder de forma direta é o Executivo, apoiado no Poder Legislativo. Agora, no Brasil, temos um regime democrático, presidencialista.

E, no interior dos regimes, alguém é responsável pelo conjunto da gestão estatal. Esse alguém, geralmente um presidente ou primeiro-ministro, é o chefe de governo, personificando esta instituição. Cada governo tem suas características próprias. Geralmente, no capitalismo, a maior parte dos governos responde aos interesses das classes dominantes. Mas, não o fazem de maneira idêntica. Por exemplo, FHC tinha um tipo de governo, Lula tem outro. Ambos governaram para a burguesia, mas, enquanto FHC conviveu com a oposição dos movimentos sociais, Lula governa com uma parte da burocracia sindical, buscando a todo o momento cooptar lideranças do movimento de massas. É fundamental, para lutar melhor, compreendermos com que regime e com que governo se está lidando a cada período ou fase da luta social.

Nos próximos cadernos, vamos aprofundar mais os temas do Estado, Regime e Governo.

LUTA DE CLASSES

A divisão da sociedade humana em classes, com a presença de um excedente econômico, tornou possível a apropriação desta “sobra” por uma classe. Quando um grupo de agentes econômicos começa a se apropriar da produção gerada pela maioria da sociedade, invariavelmente, trava-se uma luta. Assim, para que um grupo, uma classe que não “trabalha” (a classe dominante), se aproprie da riqueza produzida diretamente por outra classe, através de me-

canismos (entre eles, o mais importante, o Estado) é que a luta de classes se realiza e se impõe.

As duas classes antagônicas, em todas as sociedades, se complementam: amos e escravos (escravismo); senhores e servos (sistema feudal), trabalhadores e burgueses (capitalismo). Este antagonismo significa que, mesmo sendo complementares, as classes coexistem em constante conflito. As relações de produção assumem, assim, um conteúdo de classe, onde cada uma das classes tem interesses opostos, irreconciliáveis. Conforme nos explica Ohlweiler:

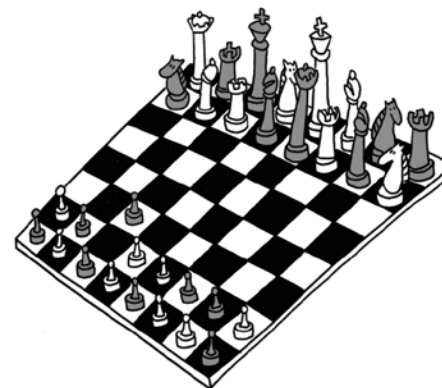
“Do ponto de vista da classe exploradora, o conteúdo de classe das relações de produção compreende a organização e a gestão da produção e a apropriação do excedente econômico por aquela classe. E, do ponto de vista da classe explorada, o conteúdo de classe se manifesta da seguinte maneira: a) no campo da produção propriamente dita, os produtores diretos são alienados à condição de simples executantes de tarefas produtivas inteiramente condicionadas aos fins colimados pela classe exploradora; b) no campo da distribuição do produto social, os produtores diretos são apropriados do excedente. A simples constatação da existência da apropriação do excedente pela classe dominante é suficiente para caracterizar, em linhas gerais, que se está frente a uma economia fundada na exploração dos produtores diretos.” (Ohlweiler, O. Materialismo Histórico e Crise Contemporânea, p. 49)

O caráter antagônico das classes condiciona a luta de classes. Podemos exemplificar com um exame destas relações no capitalismo. Toda uma classe não trabalha, não produz: a classe dos capitalistas

(burgueses) que, por deter os meios de produção, explora (com seus mecanismos de coerção física e econômica) a classe que produz. São os trabalhadores que, neste caso, sustentam com seu trabalho, sua energia, com o suor de seu rosto, os ganhos da burguesia.

Ohlweiler, em outra passagem, nos expõe da seguinte forma:

As duas classes antagônicas, em todas as sociedades, se complementam: amos e escravos (escravismo); senhores e servos (sistema feudal), trabalhadores e burgueses (capitalismo). Mesmo sendo complementares, as classes coexistem em constante conflito. As relações de produção assumem, assim, um conteúdo de classe, onde cada uma das classes tem interesses opostos, irreconciliáveis.



No Estado capitalista, quem exerce o poder é a burguesia enquanto classe dominante. Esse poder é exercido de diferentes formas (regimes políticos), em diferentes períodos históricos, por diferentes pessoas (governos). O tipo de regime é definido de acordo com qual instituição do Estado está exercendo, diretamente, o poder naquele momento, e com que característica o faz.

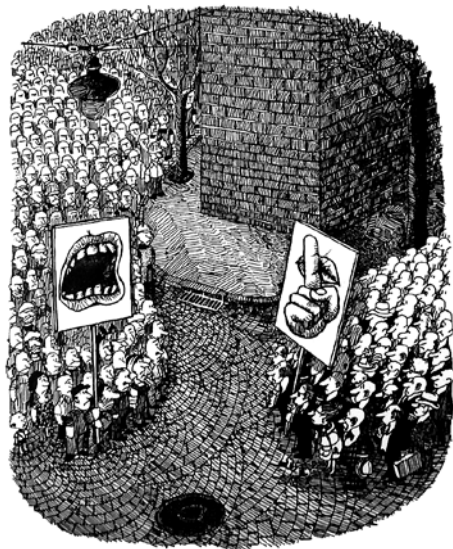
“A luta de classes, na sua origem, é uma luta que se trava em torno da apropriação do excedente, na qual a classe exploradora trata de apossar-se de todo o produto excedente e, se as condições o permitirem, ainda de uma parte do produto necessário, ao passo que a classe exploradora trata de obter integralmente o produto necessário. O principal papel do Estado, que surge simultaneamente com as classes, é garantir a funcionalidade do mecanismo de apropriação do excedente e a continuidade das relações de produção vigentes, que correspondem àquele mecanismo. (...) Em qualquer sociedade, há sempre normas ou meios institucionais que servem para regulamentar seu funcionamento interno.” (idem, ibidem. p.49)

Em outras palavras, o Estado tem um papel determinante na manutenção das relações de produção, ou seja, em última instância, é o Estado que garante os ganhos da burguesia.

Esta condição leva a classe trabalhadora à luta pela conquista do poder, pela conquista do Estado. A luta da classe trabalhadora é uma luta política. As importantes lutas salariais e por melhores condições de trabalho devem ser encaradas para além da esfera econômica.

A burguesia mantém seu domínio através do Estado, sendo este uma forma de normatizar e regulamentar a exploração. Desenvolveu-se, como já discutimos no tópico “Estado”, enquanto maquinaria complexa a serviço da classe dominante. A luta da classe trabalhadora é para conquistar o poder político do Estado. Esta conquista deve servir para utilizar o controle do Estado para “arrancar” o poder econômico da burguesia.

“Em última instância, as relações sociais entre as classes é que constituem o campo da prática política. A preservação do status quo da sociedade classista requer a manutenção e o exercício



“O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado.”

Lenin

do poder do Estado nas mãos da classe dominante, assim como a transformação da estrutura social vigente implica necessariamente a tomada do poder por uma nova classe. O objetivo da prática política é, pois, invariável e necessariamente, o controle e o exercício do poder do Estado.” (p.51)

Definimos assim, esquematicamente, que a estratégia da classe trabalhadora é conquistar o poder político, conquistar o controle do Estado para intervir e transformar as relações de produção. O domínio do Estado por parte de classe trabalhadora deve ser exercido de forma democrática, sem tréguas, porém, aos antigos proprietários e seus meios de produção de ideologia. Um Estado de outro tipo, que nada tem a ver com o atual Estado. Como nos afirma Lenin, em “O Estado e a Revolução”:

“O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia em nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então se torna supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir, uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam também as colisões e os excessos que daí resultam, não haverá mais nada a reprimir e um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.” (p.34)

Para os trabalhadores, a conquista do poder é a única forma de libertar-se da opressão cotidiana dos patrões. Fora desta circunstância, tudo é ilusão.

“Quando o Estado se torna, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então se torna supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir, uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam também as colisões e os excessos que daí resultam, não haverá mais nada a reprimir e um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.”

Lenin

CAPÍTULO II

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

A construção cotidiana de nosso partido exige um conhecimento científico da realidade. Aprendemos com o poema “O Analfabeto Político”, de Bertolt Brecht, que o preço do feijão, da passagem de ônibus, o problema dos postos de saúde e do desemprego, tudo guarda relação com a política. Agora, queremos ir mais adiante, queremos afirmar que a política tem tudo a ver com a história.

Conhecer a história para além daquela que estamos acostumados a aprender nos primeiros anos da escola, é fundamental para entendermos os dias de hoje. Desde há muito tempo, há quem acredite que as condições de vida dos trabalhadores e do povo se dão graças ao acaso ou devem-se à boa (ou má) ação dos “grandes líderes”. Muitas pessoas crêem que a situação dos pobres, e mesmo a desigualdade, é obra divina, isso é, alguns têm muito praticamente sem trabalhar e muitos têm nada ou quase nada por conta da “Vontade de Deus”.

Nosso partido respeita todas as religiões e defende a ampla liberdade de crença. Isso, porém, não significa aceitarmos explicar a história por obra Divina. Tampouco achamos que a bondade de líderes carismáticos possa constituir uma explicação coerente à história. Durante muitos anos a imprensa brasileira fez questão de explicar conquistas dos trabalhadores na primeira metade do século XX como uma obra de Getúlio Vargas, o “Pai dos Pobres”. Acreditamos e defendemos outra visão.

Até meados do século XIX, não existiam descrições nem explicações científicas. A força das idéias do período da Revolução Francesa (1789-1799) criou condições para o aparecimento de novas teorias. Foi Marx, contudo, o primeiro a sistematizar, de forma original, revolucionária, uma explicação científica para o avanço e a história dos povos.

No Manifesto Comunista, Marx aponta:

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e es-

cravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que termina sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das suas classes em luta.”

Para Marx e Engels, as mudanças históricas resultam do conflito entre as diferentes classes sociais, não são produto e obra de indivíduos iluminados, isoladamente. Essa divisão da sociedade em opressores e oprimidos existe há muito tempo.

“Nas primeiras épocas históricas, verificamos quase por toda parte uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres, oficiais e servos, e, em cada uma destas classes, gradações especiais.”

Com o advento do capitalismo, as classes sociais não desapareceram. Pelo contrário, as diferenças entre as classes aumentaram e ficaram ainda mais nítidas.

“A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta, por outras novas. (...) Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.”

O capitalismo, assim, agravou a luta entre as classes. Mas, para chegarmos até o capitalismo que vivenciamos nos dias de hoje, muita água rolou. Segundo alguns estudos recentes, a espécie humana, enquanto tal, conta cerca de um milhão de anos. Com certeza, para explicar o capitalismo atual e como as diferentes sociedades foram se moldando às necessidades históricas, teremos que recontar toda essa história e perceber, por exemplo, que as classes sociais existem há apenas quatro mil anos. Para maior exatidão, podemos afirmar que a história da humanidade é a história do desenvolvimento das forças produtivas e, durante um período, da luta de classes.

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que termina sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das suas classes em luta.”

(Manifesto Comunista)

O Analfabeto Político é o pior analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem de decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

Bertolt Brecht

O NASCIMENTO DA HUMANIDADE E O COMUNISMO PRIMITIVO

O registro dos primeiros passos do homem, da primeira forma de organização social humana, data de aproximadamente, um milhão de anos atrás.

O começo da história da humanidade, a primeira etapa da vida social, é a chamada Selvageria. O desenvolvimento das forças produtivas era pequeno, mínimo. Os primeiros homens viviam da coleta de alimentos, da caça e da pesca. Homens e mulheres, indistintamente, necessitavam lançar-se na busca de alimentos, pois não havia produção, transformação da natureza.

Mais tarde, já agrupados em tribos nômades, desponta uma primitiva divisão do trabalho: os homens saíam para caçar e as mulheres se responsabilizavam por cuidar dos filhos e de alguns afazeres no acampamento.

Como era uma sociedade igualitária, todos trabalhavam segundo suas capacidades e habilidades – não havia classes. Se algum membro da tribo ficasse sem trabalhar, não coletasse frutos nem se ocupasse da caça, condenaria à fome todo o conjunto da tribo. Uma sociedade igualitária, mas pouco desenvolvida. Marx denominou “Comunismo Primitivo” essa etapa do desenvolvimento da humanidade.

Ainda que não existissem as ideologias propriamente ditas, os homens manifestavam algumas crenças religiosas e havia feiticeiros. O caçador que se destacasse por seus dotes acabava tornando-se chefe ou cacique. Entretanto, tal condição não lhe dava nenhum tipo de privilégio: o cacique, ou o chefe, devia trabalhar tanto ou mais que os membros da tribo.



A segunda fase do Comunismo Primitivo ficou conhecida como “Barbárie”. O ponto de corte desta etapa é um salto, uma revolução, nas forças produtivas. Os primeiros homens apenas coletavam frutas, caçavam e pescavam, enquanto a segunda fase do Comunismo Primitivo caracteriza-se pelo início da produ-

ção de alimentos. O cultivo de cereais e a domesticação dos primeiros animais mudaram completamente a organização da sociedade.

A paisagem mudou: os povos deixaram de ser nômades e aprimoraram as condições de controle e planejamento de sua alimentação. Foram cultivadas as primeiras hortas e reunidos os primeiros rebanhos, pequenas cabanas e famílias se agruparam próximas a estes lugares. Surgem os embriões das primeiras aldeias. Podemos citar avanços importantes da humanidade neste período: a apropriação do fogo, os tecidos, as primeiras formas de fundição de metais e o aparecimento da roda. No entanto, o cultivo do solo era ainda muito rudimentar, sem nenhuma técnica ou método sofisticado.

Vale ressaltar que “Comunismo Primitivo” foi o período histórico mais duradouro pelo qual passou a humanidade. Ou seja, ao contrário do que repetem os analistas burgueses, que a igualdade seria uma utopia sem chance de realização, o período histórico mais longo da humanidade, até hoje, foi o desta sociedade igualitária, sem opressão nem classes sociais.

O MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO

O novo salto da humanidade, em termos de desenvolvimento de suas forças produtivas, aconteceu há oito mil anos atrás com a invenção da agricultura de irrigação. Esta colossal revolução abriu uma nova época, superando o comunismo primitivo. Também inaugurou uma modalidade de trabalho vigente até os dias de hoje: a exploração do homem pelo homem.

A possibilidade de aproveitar os períodos entre enchentes dos rios Eufrates e Tigre na Mesopotâmia asiática e do Nilo no Egito africano e posteriormente a capacidade de desviar as águas dos grandes rios, foram as principais descobertas que desencadearam uma mu-



“Comunismo Primitivo” foi o período histórico mais duradouro pelo qual passou a humanidade. Ou seja, ao contrário do que repetem os analistas burgueses, que a igualdade seria uma utopia sem chance de realização, o período histórico mais longo da humanidade, até hoje, foi o desta sociedade igualitária, sem opressão nem classes sociais.

dança radical na incipiente agricultura daquela época, aumentando enormemente a produção. Essa multiplicação gerou, também pela primeira vez, um excedente significativo da produção, cuja existência possibilitou a elaboração de uma estratégia contra as catástrofes naturais, já que se tornou possível a armazenagem preventiva de produtos para as épocas de baixa produção.

É na esteira da agricultura de irrigação que surge a civilização e as instituições tal como conhecemos hoje: as cidades, a igreja, o exército.

Muito embora não existissem classes sociais, pois ainda não havia propriedade privada, é nesse momento que principia a emergir uma burocracia dentre aqueles que administravam as águas e o excedente econômico. Essa estrutura social originou um sistema de castas no qual não existia propriedade e direito de herança, mas havia uma camada privilegiada, que dirigia e organizava a distribuição das águas – uma camada social que não produzia diretamente, apenas administrava a força de trabalho alheia. Nasce, então, também o Estado, para compor essa máquina burocrática que controla as águas, o trabalho da população e a produção e distribuição de alimentos. E, quanto mais avançam as forças produtivas, maior se torna este aparato, com milhares de burocratas encabeçados por grupos de sacerdotes religiosos – os faraós egípcios são o exemplo mais famoso de processo deste tipo.

Mas há outros importantes exemplos do modo de produção asiático. A China, apresentando grandes avanços no campo da arquitetura e da astronomia, foi vanguarda deste modo de produção: a Grande Muralha, construída dentro deste sistema de produção, é uma das maiores obras arquitetônicas da humanidade. A ela podemos acrescentar outras engenhosas obras construídas sob esse modo de produção: as grandes pirâmides do Egito e a cidade de Machu Picchu no Peru, hoje em ruínas. Aliás, a sociedade Inca, que existiu nos países vizinhos Bolívia e Peru, é um dos exemplos que melhor ilustram a sociedade asiática.

É preciso mencionar a ampla polêmica historiográfica acerca da existência ou não de um modo de produção asiático.

As correntes stalinistas sempre negaram a existência desta etapa da organização da vida social. Ocorre que a negação da existência de uma sociedade onde há opressão, por um lado, e privilégios para uma casta burocrática, por outro – como era a sociedade asiática – é funcional aos stalinistas. É uma forma de negar as contradições da

URSS e de outros estados burocráticos conhecidos por “socialismo real”. Outro entrave aos stalinistas para admitir o modo de produção asiático é a sua visão mecânica de “revolução por etapas”. Na polêmica sobre o caráter da revolução chinesa, Stalin defendeu realizar alianças com a burguesia, porque entendia que a principal tarefa comunista, naquele momento, era provocar o desenvolvimento capitalista da China.

Além deste, trava-se também um debate entre sérios historiadores, como é o caso de Ciro Flamarion Cardoso que sustenta a tese de “Formação Tributária”. De qualquer feita, a definição de modelo asiático encontra-se em muitas obras do próprio Marx.

O SISTEMA ESCRAVISTA

O escravismo foi um sistema de extrema exploração surgido há três mil anos na região do Mar Mediterrâneo. As principais expressões deste modo de produção são a civilização Grega e a Latina, ou Romana. Do ponto de vista das forças produtivas, o salto de qualidade se deu pela combinação de dois grandes acontecimentos: a invenção do arado de metal, permitindo a expansão da agricultura para as terras secas, e o desenvolvimento da navegação marítima. Esta revolução nas forças produtivas proporcionou o intercâmbio de produção entre diferentes espaços e locais, abrindo o caminho para o desenvolvimento do comércio.

Foi a partir do comércio que surgiu uma relação que alterou o curso da humanidade: a propriedade privada. Tudo que até então era “nosso” começou a tornar-se “meu”. O dono do pequeno negócio, o dono de algumas terras, os donos de mercadorias trocadas... Alguns homens tornaram-se, inclusive, donos de outros homens – base da sociedade escravista.

Os prisioneiros de guerra, que até então eram mortos ou libertados, foram os primeiros homens escravizados pelos líderes dos exércitos vencedores. O escravo era uma das ferramentas mais importantes para a produção: trabalhava sem parar, até o dia de sua morte.

Na estrutura social, junto com a propriedade privada, surgiram as classes sociais: proprietários de terras, senhores de escravos, comerciantes e, claro, os escravos. Havia, ainda, os homens livres, que recebiam salário, mas em número extremamente reduzido. As classes fundamentais eram os senhores e os escravos. Informa Engels:

Essa estrutura social originou um sistema de castas no qual não existia propriedade e direito de herança, mas havia uma camada privilegiada, que dirigia e organizava a distribuição das águas – uma camada social que não produzia diretamente, apenas administrava a força de trabalho alheia.

“Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra, os prisioneiros foram feitos escravos. Dadas as condições gerais de então, a mudança na divisão do trabalho, ao aumentar a produtividade e a riqueza, tinha que trazer consigo a escravidão; assim nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos; exploradores e explorados.” (p.181)

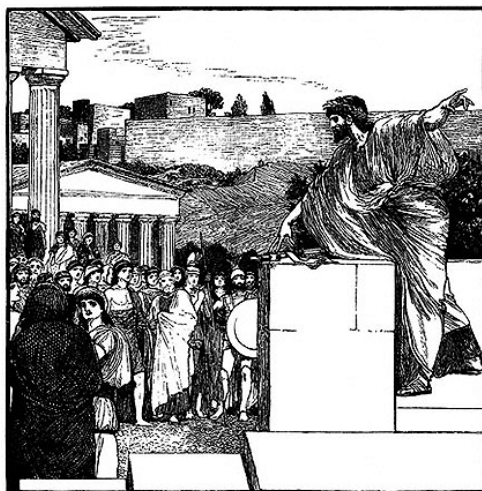
A especialização da atividade militar demandou a criação de numerosos contingentes de forças armadas. A luta entre diferentes Estados acarretou o incremento das burocracias militares. Podemos verificar isso na representação literária: em “A Ilíada”, de Homero, Agamenon, o chefe do exército, é também rei supremo, comprovando a importância da corporação militar.

O Estado, numa sociedade de classes, ganha suas feições definitivas, assim caracterizadas por Engels:

“Uma instituição que, em sua palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito da classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.” (p. 120)

O regime político grego, até hoje mencionado por alguns historiadores como “exemplar”, foi uma democracia oligárquica. Apenas os cidadãos, isto é, os donos de escravos e os comerciantes, usufruíam da democracia. Os plebeus não eram considerados cidadãos e os escravos sequer eram considerados homens, sendo vistos como meras ferramentas falantes. De forma contraditória, o abismo e a brutal desigualdade entre os que trabalhavam exaustivamente e os que não trabalhavam criaram ambiente para o “ócio criativo”, tempo livre que propiciou, por sua vez, o avanço das ciências e da filosofia.

A civilização grega foi próspera com respeito às ciências modernas e às artes. Foram os gregos grandes filósofos, contribuindo



para a formulação do pensamento abstrato com nomes como Tales de Mileto, Demócrito, Epicuro, Sócrates, Platão, Aristóteles, entre outros. A arquitetura, de elementos grandiosos, porém estáticos, produziu obras marcantes, como o Parthenon de Atenas.

A antiguidade, na sociedade romana, refletiu a discussão incipiente sobre o Estado. Roma destacou-se pelos acalorados debates no Senado e por legar-nos os elementos constitutivos do Direito.

Os senhores, que viviam de explorar o trabalho dos escravos e do pensar especulativo, tinham uma vida luxuosa, sem maiores preocupações de progresso. O comércio existente tinha abrangência local, o que tampouco fazia dos comerciantes uma classe audaciosa.

As revoltas de escravos e a falta de perspectiva da classe dominante trouxeram crise à sociedade antiga. A estagnação das forças produtivas conduziu ao desmantelamento do Império Romano.

No ano 476 depois de Cristo, ante o avanço das grandes tribos bárbaras, o Imperador romano Rômulo Augusto foi deposto. Findava a era da antiguidade e emergia um período controverso, o da Idade Média.

O FEUDALISMO

O sistema feudal corresponde, na tradicional divisão da linha do tempo, ao período conhecido como Idade Média. Este período durou aproximadamente dez séculos, demarcados entre os séculos IV ou V e a emergência das formas embrionárias de capitalismo, o que vai ocorrer por volta do século XV.

Muitas vezes ouvimos falar da Idade Média como um período de uma “longa noite”, em referência ao retrocesso que esse significaria em relação aos avanços conquistados nas imediatamente anteriores civilizações greco-latinas. Contudo, considerando avanços e retrocessos nas forças produtivas, devemos entender o feudalismo e a Idade Média de forma mais complexa.

Para a compreensão deste período, é importante conhecer o que foram as chamadas “invasões bárbaras”. Aos olhos do Império Romano, todos os invasores estrangeiros, aliás, todos os estrangeiros, eram “bárbaros”.

Tribos como os hunos, os vândalos, os godos, os visigodos e outras, a quem os romanos chamavam bárbaros, foram responsáveis por mudar a configuração do mapa da Europa após a queda do Império Romano.

“Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra, os prisioneiros foram feitos escravos. Dadas as condições gerais de então, a mudança na divisão do trabalho, ao aumentar a produtividade e a riqueza, tinha que trazer consigo a escravidão; assim nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos; exploradores e explorados.”
Engels

A crise do Império Romano combinada às invasões de seu território por tribos bárbaras determinou a retração das atividades comerciais e a ruralização da economia. Uma das conseqüências mais significativas foi a alteração da rota comercial no entorno do Mar Mediterrâneo.

No que diz respeito à produção agrícola houve um verdadeiro salto, desenvolvendo-se em muito as formas de produção. A utilização do arado de ferro, mais pesado e com maior potência, permitiu o cultivo de zonas de bosques e de terras até então não utilizadas para a agricultura. Outro grande avanço foi o cultivo rotativo – a técnica da rotação ou rodízio de terras. Tal técnica consistia em deixar um terreno, por cerca de um ano ou uma temporada, em repouso, esperando que o solo se recuperasse, enquanto utilizava-se outro terreno, possibilitando plantar sempre nas terras mais férteis.

O regime de servidão nasceu das ruínas do Império Romano: em meio à crise do Império, com índices muito baixos de produtividade, os escravos foram libertos, mas amarrados a um pedaço de terra, do qual os antigos senhores de escravos mantiveram a propriedade. Diferente do escravismo, porém, os senhores são donos das terras e não dos homens.

Nesta nova forma de relações de produção, o escravo liberto – agora servo – não podia abandonar a terra. Tudo aquilo que o servo produzisse na terra do senhor era dividido da seguinte maneira: dos sete dias de trabalho da semana, três eram para seu próprio sustento, três para trabalhar a terra do seu senhor e um dia era reservado ao descanso. E a décima parte de tudo que fosse produzido era, obrigatoriamente, entregue à Igreja – o dízimo.

“Qual era a espécie de trabalho? Nas fábricas ou usinas? Não, simplesmente porque ainda não existiam. Era o trabalho na terra, cultivando o grão ou guardando o rebanho para utilizar a lã no vestuário. Era o trabalho agrícola, mas tão diferente de hoje que dificilmente reconheceríamos.

A maioria das terras agrícolas da Europa ocidental e central estava dividida em áreas conhecidas como “feudos”. Um feudo consistia apenas de uma aldeia e das várias centenas de acres de terra que a circundavam, nas quais o povo da aldeia trabalhava. Na orla da terra arável, havia geralmente uma extensão de prados, terrenos ermos, bosques e pasto. Nas diversas localidades, os feudos variavam de tamanho, organização e relações entre os que os habitavam, mas suas características principais se assemelhavam, de

“O senhor do feudo, como o servo, não possuía terra, mas era, ele próprio, arrendatário de outro senhor, mais acima na escala. O servo, aldeão ou cidadão “arrendava” sua terra do senhor do feudo que, por sua vez, “arrendava” a terra de um conde, que já a arrendava de um duque, que, por seu lado, a “arrendava” do rei.”

Huberman

certa forma.” (Huberman, L. História da riqueza do homem. p.12)

A concentração de serviços e a estrutura militar se nucleavam ao redor do feudo, ao redor dos domínios do senhor feudal, com base na exploração dos camponeses e no aumento dos impostos.

“Cada propriedade feudal tinha um senhor. Dizia-se comumente do período feudal que não havia “senhor sem terra, nem terra sem um senhor”. (Huberman, p.12)

Se o senhor fosse transferido, deixasse suas terras, ou se outro senhor feudal lhe tomasse a terra, os trabalhadores desta terra – servos – não o acompanhavam. Os servos ficavam na terra e trocavam de senhor. Os senhores gozavam de muitos privilégios, como, por exemplo, o fato de poder caçar a qualquer momento em suas terras, independente do estágio de produção em que essas se encontravam, isso é, ainda que na caçada as plantações fossem destruídas; detinham direitos, até mesmo, sobre as mulheres ou filhas dos servos, podendo passar noites com elas antes que se casassem.

“A sociedade feudal consistia dessas três classes – sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar.” (Huberman, p. 11)

As duas principais instituições eram a Igreja e o Estado.

“O senhor do feudo, como o servo, não possuía terra, mas era, ele próprio, arrendatário de outro senhor, mais acima na escala. O servo, aldeão ou cidadão “arrendava” sua terra do senhor do feudo que, por sua vez, “arrendava” a terra de um conde, que já a arrendava de um duque, que, por seu lado, a “arrendava” do rei.” (Huberman, p.18)

O Estado era, a partir dos feudos, organizado em escalões hierárquicos. O senhor geralmente tinha algum título de nobreza, como cavaleiro (“sir”) ou barão. Conde ou duque eram títulos dos que mandavam em vários feudos, portanto, mandatários de vários senhores. O príncipe era quem detinha o mando e o controle sobre condes e duques. E, acima de todos esses, estava o rei. Ainda que eventualmente o rei centralizasse o poder de vários territórios, ele



nunca abarcava todo o poder, pelo peso que possuía a Igreja e por freqüentes manobras empreendidas por príncipes e outras figuras da nobreza.

Assim é que a força do rei variou muito ao longo de toda a Idade Média e que a Igreja, na verdade, foi a grande responsável pela estabilidade da ordem feudal. Seu poder, como já foi dito, era superior ao dos reis, pois era a instituição que dava unidade ao sistema feudal. Monopolizava todos os registros legais, civis, culturais e sociais. Por muitos e muitos anos, a produção escrita, a educação e os experimentos científicos ficaram restritos aos conventos, sendo rigidamente controlados pela cúpula da Igreja. A Igreja perseguia adversários políticos, especialmente cientistas que contestassem os dogmas de então. Os casos mais famosos são o de Galileu Galilei, que foi condenado à prisão perpétua por ter defendido que a Terra girava em torno do Sol, e o de Giordano Bruno que, tendo alardeado idéias semelhantes às de Galileu alguns anos antes, foi condenado à morte na fogueira pela Santa Inquisição, tribunal oficial da Igreja na época.

A arte medieval retomou a perspectiva contemplativa do mundo rural. A ruptura com essas formas somente foi acontecer como expressão das grandes lutas da segunda etapa do feudalismo, na qual, impulsionada pelo aparecimento das cidades, a arte deu um novo salto. O movimento de reconstrução dessa arte de novo tipo – que na arquitetura representou-se nas espetaculares obras góticas – foi batizado de renascimento, em alusão ao período anterior, controversamente tido como “decadente”.

As mudanças na ordem feudal começaram a ter lugar com a expansão do comércio. As Cruzadas foram um fator determinante nesse processo:

“Chegou o dia em que o comércio cresceu, e cresceu tanto que afetou profundamente toda a vida da Idade Média. O século XI viu o comércio andar a passos largos; o século XII viu a Europa ocidental transformar-se em consequência disso. As Cruzadas levaram um novo ímpeto ao comércio. Dezenas de milhares de europeus atravessaram o continente por terra e mar para arrebataram a Terra Prometida aos muçulmanos. Necessitavam de provisões durante todo o caminho e os mercadores os acompanhavam a fim de fornecer-lhes o de que precisassem. Os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procu-

ra criou um mercado para esses produtos. Além disso, registrou-se um acentuado aumento na população.” (Huberman, p.27)

As cidades, chamadas burgos, concentraram o comércio e o dinheiro. Entraram em cena as figuras do comerciante e do agiota. Junto deles, se fortaleceram os artesãos, com quem aqueles vislumbravam a possibilidade de realizar negócios. No período entre os séculos XII e XIV, estes setores sociais se tonificam, dando os primeiros passos na formação da burguesia comercial e financeira, que tomará impulso com a abertura de novas rotas comerciais, sobretudo no Mediterrâneo:

“O estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque cujas conseqüências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal”. (Netto, p.70)

Com o desenvolvimento do comércio e das cidades, a burguesia passou a demandar mais produção, acentuando seu papel protagonista nesse processo de transformações. A luta da burguesia por incremento da produção, como meio de suprir e despontar ainda mais o comércio, encontrou resistência entre aqueles que produziam de forma ainda artesanal. Os artesãos agrupavam-se em grêmios e corporações muito bem organizadas em torno de rígidas regras de autoproteção. Eles guardavam o segredo de seus ofícios e comercializavam com o preço que bem entendiam, na contramão dos interesses da burguesia, ávida por ampliar a produção e o consumo. O acirramento deste antagonismo levou a uma luta intensa entre a burguesia nascente e os setores corporativos de artesãos.

Por outro lado, o choque entre a burguesia e os proprietários de terra, a Igreja e a nobreza também conduziu essas classes a contradições insuperáveis. Os interesses da burguesia no livre acesso à terra e em dinamizar o comércio exigiam a liquidação do feudo e urgiam a construção de unidades nacionais, capazes de disciplinar o câmbio, os impostos, os juros e, é claro, assegurar o direito à propriedade privada.

No Século XV, a produção capitalista começou a transtornar a fisionomia do mundo feudal. Nada poderia deter o avanço das forças emergentes em direção às novas descobertas quando, *“impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda a parte”.*

Estavam dadas as condições objetivas para o perecimento do feudalismo.

A força do rei variou muito ao longo de toda a Idade Média e que a Igreja, na verdade, foi a grande responsável pela estabilidade da ordem feudal. Seu poder, como já foi dito, era superior ao dos reis, pois era a instituição que dava unidade ao sistema feudal. Monopolizava todos os registros legais, civis, culturais e sociais. Por muitos e muitos anos, a produção escrita, a educação e os experimentos científicos ficaram restritos aos conventos, sendo rigidamente controlados pela cúpula da Igreja.

O choque entre a burguesia e os proprietários de terra, a Igreja e a nobreza conduziu essas classes a contradições insuperáveis. Os interesses da burguesia no livre acesso à terra e em dinamizar o comércio exigiam a liquidação do feudo e urgiam a construção de unidades nacionais, capazes de disciplinar o câmbio, os impostos, os juros e, é claro, assegurar o direito à propriedade privada.

CAPÍTULO III

O CAPITALISMO

O capitalismo é o sistema que perdura até os dias de hoje, em sua fase globalizada. A virada histórica que significou a consolidação do capitalismo trouxe forças produtivas altamente desenvolvidas. Este desenvolvimento propiciou inúmeras descobertas, que mudaram definitivamente a vida em coletividade. Por outro lado, nunca as diferenças sociais foram tão grandes. O capitalismo é um sistema social que concentra nas mãos de pouquíssimos o melhor de suas riquezas e condena uma parcela da população à miséria, à fome, gerando contingentes enormes de seres humanos que sobrevivem em condições precárias. Isso, para não apontar grandes tragédias tais como as guerras, que se multiplicaram e ganharam caráter mundial com a ascensão do capitalismo, e os desastres ambientais, cada vez mais presentes em nossas vidas.

O capitalismo passou por diferentes fases, sempre se adaptando, seja à custa de concessões e conquistas para a classe trabalhadora na esteira do avanço das forças produtivas, seja impondo derrotas para os trabalhadores, com guerras e repressão.

O SURGIMENTO DA BURGUESIA

Nenhuma obra conseguiu ser tão profunda e sintética na explicação da formação do capitalismo como o Manifesto Comunista:



“Dos servos da Idade Média nasceram os plebeus livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias imprimiram um impulso, desco-

nhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.”

A burguesia empreendeu longa luta orientada para “quebrar” os segredos que as corporações de artesãos detinham como forma única de sobrevivência, e o fez por necessidade, porque a expansão da produção estava condicionada a um patamar de produtividade de impossível alcance no processo de trabalho artesanal.

O trabalho artesanal foi, gradativamente, substituído pela manufatura. Huberman coloca desta forma:

“O progresso das cidades e o uso do dinheiro deram aos artesãos uma oportunidade de abandonar a agricultura e viver de seu ofício. O açougueiro, o padeiro e o fabricante de velas foram então para a cidade e abriram uma loja. Dedicaram-se aos negócios de carnes, padaria e fabrico de velas, não para satisfazerem suas necessidades, mas sim para atender à procura.” (L. Huberman, História da Riqueza do Homem, pag.62)

O processo de agrupamento de vários trabalhadores num mesmo local de trabalho especializou o tipo de atividade de cada um deles, ampliando em muito a produtividade do trabalho, mudando globalmente as feições herdadas do mundo feudal. Uma vez mais, o Manifesto:

“A antiga organização feudal da indústria, em que esta estava circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações, a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina”.

Em 1776, em nome de um cientista e inventor, o Senhor Watt, foi registrada a primeira máquina movida a vapor. No período entre 1770-1830, se processa a chamada revolução industrial, pela introdução, no processo de trabalho, da energia a vapor e das máquinas-ferramenta, por exemplo, a máquina de fiar (1765) e o tear mecânico (1785).

Nascia o sistema fabril que possibilitava a produção em larga escala. O crescimento das cidades e da população exige do campo colheitas mais sofisticadas e cada vez mais abundantes. A partir destas novas necessidades são construídas estradas, no plano do transporte fluvial e marítimo temos a abertura de canais, e em seguida as tec-

O processo de agrupamento de vários trabalhadores num mesmo local de trabalho especializou o tipo de atividade de cada um deles, ampliando em muito a produtividade do trabalho, mudando globalmente as feições herdadas do mundo feudal..

nologias do navio a vapor e das ferrovias. Ohlweiler completa:

“Agora, entretanto, com a descoberta da máquina a vapor, o homem capacitava-se a submeter a seus fins produtivos a energia solar acumulada como energia química de formação recente, a lenha, ou fósseis, o carvão mineral. Assim, o homem pôs sob o seu controle uma importante fonte energética e, com isso, tornou-se apto a multiplicar notavelmente a produtividade do trabalho.” (Materialismo Histórico e Crise contemporânea. p.31)

O processo expansivo da burguesia é assim descrito no Manifesto: *“Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente, então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia industrial cedeu lugar aos milionários da indústria – chefes de verdadeiros exércitos industriais – os burgueses modernos.”*

A passagem do estágio artesanal para a manufatura, e desta para a organização industrial, consolidou a ascensão da burguesia como classe, rompendo com as condições anteriores.

“A burguesia cumpriu um papel revolucionário na luta contra o “antigo regime” feudal; rompeu as antigas crenças, impulsionando avanços no âmbito da tecnologia e da ciência, revolucionando os instrumentos, os meios de produção e as demais relações.

O avanço planetário, sob a direção da burguesia, pela primeira vez, integrou diferentes continentes, na busca pela conquista de novos mercados.”

No plano das idéias e das instituições, surgem novas formas, mais adequadas às necessidades da burguesia. A luta contra a nobreza e pela separação da Igreja da organização do Estado e da vida social foram dois entre os pilares fundamentais do programa que a burguesia levou adiante. A burguesia, assim, também foi revolucionária no plano político, na imposição de novas instituições enquanto destruía as bases anteriores.

“Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal; associação armada administrando-se a si própria na comuna, aqui; república urbana independente, ali; Terceiro Estado tributário da monarquia, depois; durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta; pedra angular das grandes monarquias... a burgue-

sia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno.”

A contradição entre a progressividade da burguesia e a ordem anterior expressou-se em lutas políticas que atravessaram a segunda etapa do feudalismo, como descreve Huberman:

“Foi essa classe média nascente, a burguesia, que provocou a revolução francesa e que mais lucrou com ela. (...) para a burguesia em ascensão os regulamentos, restrições e contenções do comércio (...), os obstáculos ao progresso criados pelas obsoletas e retrógradas corporações, a distribuição desigual de impostos, (...) toda essa sociedade feudal decadente e corrupta – era casca a ser rompida. Não desejando ser asfixiada até morrer penosamente, a classe burguesa que surgia tratou de fazer que a casca fosse rompida.” (Huberman. p.159)

A burguesia tratou de destruir os restos do feudalismo, substituindo-o, em suas relações e sua organização jurídica e política, pelo capitalismo. A burguesia, segundo Marx e Engels, em O Manifesto:

“desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o Poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Ela despedaçou sem piedade todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, entre os homens, o laço do frio interesse, as cruéis exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal.”



“Os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente, então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia industrial cedeu lugar aos milionários da indústria – chefes de verdadeiros exércitos industriais – os burgueses modernos.”

Manifesto Comunista

A burguesia supera o antigo modo de produção feudal, inaugurando um novo ciclo de contradições:

“A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas, as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se.”

Vemos, pois, que:

“Os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio mesmo da sociedade feudal. Esses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, o regime feudal de propriedade, deixou de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas, ao alcançarem estas certo grau de desenvolvimento. Entravavam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outras tantas cadeias que era preciso despedaçar e foram despedaçadas. Em seu lugar, estabeleceu-se a livre concorrência, com uma organização social e política correspondente, com a supremacia econômica e política da classe burguesa.”

OS COVEIROS DA BURGUESIA: O SURGIMENTO DO PROLETARIADO



A percepção mais importante de Marx e Engels, contudo, foi a de que a burguesia, ao avançar no plano econômico e político, criara as condições para sua própria superação. Não apenas as condições, como também a classe que iria superá-la. A

classe dos proletários, dos trabalhadores conhecidos como os “coveiros da burguesia”.

“As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte, produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e que só o encontram na medida em que este aumenta o Capital. Esses operários constrangidos a vender-se diariamente são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiraram-lhe todo atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de apreender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e procriar. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao custo de sua produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Quanto mais se desenvolvem o maquinismo e a divisão do trabalho, mais aumenta a quantidade de trabalho, quer pelo prolongamento das horas, quer pelo aumento do trabalho exigido em um tempo determinado, pela aceleração do movimento das máquinas, etc. A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contratamestre e, sobretudo, do dono da fábrica. Esse despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperador, quanto maior é a franqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo.” (Manifesto Comunista).

Marx e Engels estudaram a “anatomia” do capitalismo de forma brilhante, mas não podemos nos esquecer que foi no século reira-

“A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais.”
(Manifesto Comunista).

sado. Uma série de atualizações e mudanças estruturais ocorreu no mundo, desde então. Vale citar algumas passagens do escrito de Leon Trotsky, quando da celebração dos noventa anos do Manifesto Comunista (1938), atualizando elementos importantes. Trotsky, e posteriormente outros autores, reivindicava o rigor do método, sobretudo na análise das disposições gerais da sociedade capitalista, mas não colocava em segundo plano as correções e atualizações necessárias. As mais importantes diziam respeito às forças produtivas, aos prazos históricos e à constituição das classes intermediárias. Nas palavras do revolucionário russo:

“Marx ensina que nenhuma ordem social deixa a cena antes de ter esgotado suas possibilidades criadoras. O Manifesto ataca o capitalismo porque ele bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, na sua época e mesmo durante várias décadas seguintes, este entrave possuía apenas um caráter relativo. Se, na segunda metade do Século XIX tivesse sido possível à economia se organizar sobre fundamentos socialistas, o ritmo de seu crescimento teria sido incomparavelmente mais rápido. Esta tese, teoricamente incontestável, não modifica o fato de que as forças produtivas continuaram a crescer em escala mundial, e sem interrupção, até a Primeira Guerra Mundial.”

Marx prenunciava o futuro do capitalismo pleno de contradições que determinariam, a exemplo do que ocorreria nas formas de produção anteriores, as possibilidades e condições de sua destruição. Isso é correto enquanto tomado como uma hipótese, como a abertura de uma possibilidade, uma “porta para o futuro”. O desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com a citação acima, à exceção do período das guerras, nos quais abrem-se épocas de estagnação e se desenvolvem “forças destrutivas”, possibilitou a expansão do capitalismo, o avanço da técnica e das ciências e a reciclagem das relações de produção, sobretudo nos países avançados durante o século XX.

Sobre os prazos históricos, Trotsky afirma:

“O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o Manifesto havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento capitalista. A Comuna de Paris demonstrou que

o proletariado não pode arrancar o poder à burguesia sem ter à sua frente um partido revolucionário experiente. Ora, o longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à Comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária, mas, ao contrário, à degeneração burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez; o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Essa “dialética” os autores do Manifesto não podiam prever.”

A posição de Marx sobre o desenvolvimento da revolução na Europa já havia sido modificada em seus últimos textos. No prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto, pouco antes de sua morte, Marx, junto com Engels, afirma o seguinte:

“O Manifesto Comunista tinha por objetivo a proclamação da dissolução iminente e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que somente agora começa a se desenvolver, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. Pergunta-se agora: poderá a comunidade aldeã russa – apesar de muito deteriorada, ainda uma forma primitiva da posse comum do solo – transformar-se diretamente em propriedade comunista? Ou, inversamente, terá de passar primeiro pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente?”

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa se tornar o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, de tal modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista.”

Esta nota, refutando a idéia de “receitas prontas” para a revolução social, reflete a visão dialética dos autores.

Duas outras questões decisivas não são vistas no Manifesto: a constituição do Imperialismo, que veremos mais adiante, e a formação de uma ‘moderna classe média’.

A conformação de novos setores, vinculados aos serviços, ao comércio e aos aparelhos de Estado, foi



O desenvolvimento das forças produtivas, à exceção do período das guerras, nos quais abrem-se épocas de estagnação e se desenvolvem “forças destrutivas”, possibilitou a expansão do capitalismo, o avanço da técnica e das ciências e a reciclagem das relações de produção, sobretudo nos países avançados durante o século XX.

uma dinâmica crescente no século XX, assim descrita por Trotsky – sempre lembrando que sua elaboração teórica é datada no final dos anos trinta:

“Tomando como base, sobretudo, o exemplo da “Revolução Industrial” inglesa, os autores viam de maneira muito unilateral o processo de liquidação das classes médias com a proletarização completa do artesanato, do pequeno comércio e do campesinato. Na verdade, as forças elementares da concorrência ainda não finalizaram esta obra, ao mesmo tempo progressista e bárbara. O Capital arruinou a pequena burguesia bem mais rapidamente do que a proletarizou. Por outro lado, a política consciente do Estado burguês, há muito tempo, visa conservar artificialmente as camadas pequeno-burguesas. No pólo oposto, o crescimento da técnica e a racionalização da grande produção, ao mesmo tempo em que engendram um desemprego orgânico, freiam a proletarização da pequena burguesia. Houve um extraordinário adorno do exército de técnicos, administradores, empregados de comércio, em uma palavra, daquilo que é chamado de “novas classes médias”.

O papel destas camadas médias, sobretudo no âmbito do consumo, gerou novas feições para a sociedade capitalista do século XX. Os países centrais e industrializados, após a Segunda Guerra, construíram pactos sociais para a construção do chamado “Estado de Bem-estar”. Nestes pactos, dos quais participaram sindicatos e partidos de orientação socialdemocrata (reformistas), a grande base social foram as conquistas salariais, previdenciárias e de assistência para as camadas médias de trabalhadores especializados e para a aristocracia operária, os trabalhadores com nível de vida mais alto do que a média.

AS CRISES DO CAPITALISMO: CONCENTRAÇÃO E POBREZA

O progresso inaugurado pelo capitalismo trouxe também crises, uma vez que o capitalismo é um sistema contraditório em seu próprio desenvolvimento. A concentração de riquezas, a tendência à ampliação das desigualdades e a dinâmica de crises recorrentes são entraves para o capitalismo.

O capitalismo caracteriza-se por sua tendência à concentração. Quanto mais alguns poucos ganham, tanto mais a maioria do povo

O capitalismo caracteriza-se por sua tendência à concentração. Quanto mais alguns poucos ganham, tanto mais a maioria do povo fica na miséria. A pobreza se desenvolve numa proporção ainda maior que a riqueza.

fica na miséria. A pobreza se desenvolve numa proporção ainda maior que a riqueza.

Hoje, podemos constatar diferenças sociais gritantes, abismos que separam ricos e pobres em mansões de luxo de um lado e favelas miseráveis de outro. Hoje, há países extremamente desenvolvidos e países atrasados, nos quais a maioria da população vive abaixo da linha de pobreza. O Manifesto explica que

“A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.”

Esta concentração determina a recorrência de crises no capitalismo:

“Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só a massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. Subitamente, a sociedade vê-se reconduzida a um estado da barbárie momentânea, dir-se-ia que a fome ou uma guerra de extermínio cortaram-lhe todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio.”

Desta forma, as crises representam uma ameaça à própria base da sociedade burguesa.

“As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las.”

Mundo capitalista:
Cerca de 500 famílias controlam quase 50% da renda mundial.
30% da população economicamente ativa está desempregada ou sub-empregada.
250 milhões de crianças trabalham nos países subdesenvolvidos, 2 milhões delas são vítimas do turismo sexual.
As mulheres são 50% da população, trabalham 60% do tempo de trabalho, recebem 10% dos salários e são donas de menos de 1% da riqueza mundial.
4,3 bilhões, dos 5,8 bilhões de habitantes do mundo, vivem submersos na pobreza: 1 bilhão sobrevive com menos de 1 dólar por dia e outros 2 bilhões de pessoas recebem entre 1 e 2 dólares diários.
1 bilhão de pessoas jamais viu um médico. Voltam as epidemias do passado e populações inteiras podem ser dizimadas por falta de assistência. Na África, mais de 55% da população deverá morrer de AIDS nos próximos anos.

O imperialismo, fase superior do capitalismo, tem como características a fusão do capital produtivo com o capital bancário e o advento de nações ou “potências” baseadas na acumulação capitalista. Esta fase significou um salto de concentração de propriedade e o nascimento dos trustes, cartéis e monopólios, dinâmica que atingiu seu auge e, contraditoriamente, uma de suas maiores crises no início do século XX.

As recentes crises financeiras confirmam o que Marx e Engels disseram há mais de 160 anos. Em setembro de 2008, bancos com tradição de dois séculos quebraram, na esteira da crise anterior, que deixou milhões de norteamericanos sem ter onde morar. No primeiro semestre de 2009, a General Motors, um dos grandes símbolos do capitalismo, se viu obrigada a pedir concordata. Foi salva graças a uma enorme injeção de dinheiro público. Em novembro de 2009, assistimos ao colapso de Dubai – a “cidade dos sonhos” do capitalismo no século XXI. Atolada em dívidas impagáveis, Dubai é mais um dos capítulos da grave crise econômica que assola o planeta.

E diferente de crises na época de Marx, ou mesmo da crise de 1929, esta crise tem um caráter ainda mais nocivo, pois expõe limites que até então não estavam postos, como é o caso do limite ambiental.

O IMPERIALISMO

Lênin afirmava que o imperialismo é uma fase superior do capitalismo. Tem como características a fusão do capital produtivo com o capital bancário e o advento de nações ou “potências” baseadas na acumulação capitalista. Esta fase significou um salto de concentração de propriedade e o nascimento dos trustes, cartéis e monopólios, dinâmica que atingiu seu auge e, contraditoriamente, uma de suas maiores crises no início do século XX.

Em 1914, as fraturas desse modelo de acumulação se tornaram expostas. Os Estados burgueses e suas fronteiras nacionais se transformaram um freio para o crescimento. As forças produtivas deixaram de crescer e uma disputa pela monopolização dos capitais tornou-se um enfrentamento armado entre as nações. A primeira Guerra Mundial e sua seqüela de milhões de mortos – uma sangrenta e fabulosa destruição de forças produtivas – expressou brutalmente a necessidade de superação do capitalismo.

A ruptura do “elo mais fraco” da corrente imperialista, a revolução russa de 1917, trouxe a primeira experiência de um Estado controlado pelos trabalhadores. Infelizmente, com a ascensão de Stalin e da burocracia, este Estado foi deformado. Isto não impediu um gigantesco salto nas forças produtivas, pelo qual a Rússia deixou de ser um país atrasado, similar, por exemplo, à Turquia, e entrou no rol das grandes potências mundiais. Hoje, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a Rússia representa um grande retrocesso.

A era do Imperialismo segue vigente, porém em uma nova fase. No atual capitalismo globalizado não só os trabalhadores são espoliados pelos capitalistas, mas também as grandes potências, como os Estados Unidos, o Japão e Alemanha, exploram os países periféricos, roubando suas riquezas naturais e destruindo o meio ambiente. Os capitais são globalizados e há uma proeminência do capital financeiro. Os trabalhadores seguem impedidos de ter acesso à riqueza, penando com índices altíssimos de desemprego e precarização do trabalho.

CAPITULO IV

REVOLTAS POPULARES AO LONGO DA HISTÓRIA

A luta e a resistência das classes exploradas não é exclusividade do capitalismo. Muito antes de Marx e Engels escreverem o Manifesto Comunista já havia luta e resistência contra as classes dominantes. Se a luta de classes é o “motor” da história, então a luta contra a exploração começa junto com a sociedade de classes. Todo o período da sociedade de classes é marcado, incessantemente pela luta de uma classe contra a outra. Esta luta pode adquirir um caráter mais agudo ou menos intenso, um caráter francamente aberto ou mais fechado, dependendo do período histórico. Mas, o fato é que ela nunca deixa de se manifestar. Vejamos algumas revoltas na Antiguidade e na Idade Média.

Ao contrário do que muitos filmes épicos pretendem transmitir, o sistema escravista greco-romano viveu intensos conflitos. Um dos mais notáveis foi o levante de escravos que teve lugar no século I a.C., de caráter massivo e popular. O líder deste movimento, o escravo Espártaco ficou conhecido como um dos grandes ícones contra a opressão em todos os tempos. Tanto é assim, que a revolucionária ale-



mã, do início do século XX, Rosa Luxemburgo, batizou seu grupo de “Liga Espartaquista”, em homenagem ao líder dos escravos romanos.

Espártaco, nascido na Trácia, foi pastor e soldado romano antes de ter sido vendido como escravo para um treinador de gladiadores de Cápua, na região sul da península itálica. Logo organizou um motim contra os maus tratos de seu chefe. As notícias deste motim correram por toda península, servindo de estímulo para a libertação e fuga de vários escravos. Em menos de um ano, o bando de Espártaco já contava com mais de 130 mil escravos revoltosos sob a sua liderança. Em reação, o Império enviou o pretor Claudius com mais de três mil soldados para derrotar o exército popular de escravos, que, no entanto, logrou vitórias espetaculares contra as forças imperiais. O exército de Espártaco chegou a atuar em duas frentes: uma ao sul, na região de Cápua, e outra avançando ao norte da península itálica. Sentindo-se ameaçada, Roma envia, sob a direção do general Licínio Crasso, a maior campanha militar até então vista, mais de 60 mil homens. Após incessantes e sangrentos conflitos, e tendo sido traído por corsários em seu plano de fuga, o exército popular é derrotado. Roma manda crucificar os seis mil sobreviventes ao longo da Via Apia para que exemplificar como seriam tratadas futuras revoltas. O espírito da revolta, contudo, inspira até hoje a luta pela liberdade.

Na Idade Média, a crise instalada como decorrência da peste negra e da falta de alimentos, levou à eclosão do movimento, bastante progressivo, conhecido como “guerras camponesas”. As revoltas na França ficaram conhecidas como “Jaqueries”, ou “revoltas dos Jaques”. “Jaques” era o termo popular utilizado na época para designar o camponês típico da França. Estas revoltas na época feudal eram sinalizações de que as transformações históricas de fundo não tardariam e de que as amarras do feudalismo logo seriam rompidas.

Estas ilustrações não pretendem traçar um quadro completo da luta de classes antes do capitalismo. Porém, demonstram que, longe do quadro de estabilidade que é pintado em algumas descrições da Antiguidade e da Idade Média, a luta dos oprimidos sempre foi uma constante.

A GRANDE REVOLUÇÃO BURGUESA

A burguesia como classe revolucionária, em sua luta contra as classes que dominavam o antigo modo de produção, teve episódios memoráveis. Conforme a descrição de Mandel:

“A expansão das forças produtivas choca com a organização social vigente, com as relações sociais de produção; esta é a fonte de todas as revoluções sociais da história.

Uma revolução social substitui o reino de uma classe pelo de outra classe. Pressupõe a eliminação do poder do Estado da antiga classe dominante. Toda revolução social vem acompanhada de uma revolução política. As revoluções burguesas se caracterizam, em termos gerais, pela eliminação da monarquia absoluta e por sua substituição por um poder concedido pelas assembleias eleitas pela burguesia. Os Estados Gerais suprimiram o poder de Felipe II da Espanha, na revolução dos Países Baixos. O Parlamento inglês destruiu o absolutismo de Carlos I na revolução inglesa de 1649. O congresso americano rompeu com a dominação do rei Jorge III sobre as treze colônias, em sua grande revolução. As distintas assembleias da Revolução Francesa destroem a monarquia dos Bourbon.”

Estas grandes revoluções burguesas são elementos fundamentais na instauração de uma nova ordem. A mais espetacular delas foi, sem dúvida, a revolução francesa.

Segundo o professor Joaquim José Felizardo, a revolução francesa e a revolução russa de 1917 foram os maiores acontecimentos da vida social de todos os tempos.

A França, àquela altura, era a nação onde os traços do feudalismo se expressavam de forma mais aguda, como explica Hobsbawm:

“Mesmo assim a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa e, sob vários aspectos, a mais típica das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes.”



Na França do século XVIII, a nobreza gozava de privilégios gigantescos, em meio à situação de pobreza da maioria do povo, uma população de 23 milhões de habitantes. Nos anos precedentes à revolução, a colheita e os rendimentos dos camponeses pioraram muito, a monarquia estava numa

Se a luta de classes é o “motor” da história, então a luta contra a exploração começa junto com a sociedade de classes. Todo o período da sociedade de classes é marcado, incessantemente pela luta de uma classe contra a outra. Esta luta pode adquirir um caráter mais agudo ou menos intenso, um caráter francamente aberto ou mais fechado, dependendo do período histórico.

A prisão da Bastilha era o grande símbolo da monarquia e do regime. Os revoltosos buscavam armas na prisão estatal, para defenderem-se da ofensiva contra-revolucionária do Antigo Regime contra o povo. Esta data mudaria para sempre a história da França e do mundo.

crise fiscal e os impostos chegavam a patamares absurdos.

O papel da burguesia e de seus ideólogos deu configurações “modernas” ao levante popular:

“Não obstante, um surpreendente consenso entre idéias gerais de um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a burguesia; suas idéias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos filósofos e economistas e difundidas pela maçonaria e associações informais. Até este ponto, os filósofos podem ser considerados, com justiça, responsáveis pela Revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles provavelmente constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo.”

Este grupo se autodenominou o Terceiro Estado, em referência ao fato de que não participavam nem do “Primeiro Estado” (clero) nem do “Segundo Estado” (nobreza).

Seguimos com Hobsbawm:

“Mas em 1788 e 1789 uma convulsão de grandes proporções no reino e uma campanha de propaganda e eleição deram ao desespero do povo uma perspectiva política. E lhe apresentaram a tremenda e abaladora idéia de se libertar da pequena nobreza e da opressão. Um povo turbulento se colocava por trás dos deputados do Terceiro Estado.”

O dia “D” para a deflagração do movimento foi 14 de julho de 1789; por conta disso, hoje, esse é o feriado mais importante para os franceses.

A prisão da Bastilha era o grande símbolo da monarquia e do regime. Os revoltosos buscavam armas na prisão estatal, para defenderem-se da ofensiva contra-revolucionária do Antigo Regime contra o povo. Esta data mudaria para sempre a história da França e do mundo.

No decorrer do processo revolucionário, após importantes conquistas, com destaque para a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, houve uma intensa luta entre setores sociais e políticos. A classe operária ainda era numericamente pequena e politicamente frágil para disputar um projeto independente de sociedade. O campesinato não ofereceu uma alternativa política, sendo exceção as correntes do radicalismo burguês e pequeno burguês, tais como os “sansculottes”, um movimento disforme, sobretudo urbano, de trabalhadores pobres, pequenos artesãos, lojistas, artífices, peque-

nos empresários etc. A primeira fase da revolução (1789-1792) teve a marca da burguesia moderada, tendo a Assembléia Nacional elaborado a primeira Constituição sob influência do liberalismo.

A segunda fase da revolução foi o governo radical republicano (1792-1794), chefiado pelos “jacobinos”. Este governo tinha posições mais radicais, buscava medidas que contemplassem os setores menos abastados, como o controle de preços e a universalização da educação. Foi durante esta fase que o rei foi condenado à morte na guilhotina. Com um novo golpe, a burguesia logra recuperar terreno, colocando fim à etapa popular da revolução e inaugurando a terceira fase: governo conservador-restauracionista (1794-1799), encabeçado por Napoleão.

Os ecos da Revolução Francesa vão ser sentidos por todas as partes. O século XIX vai ser sacudido por grandes revoluções em toda a Europa. Uma nova revolução ocorre na França em 1830, novas barricadas e levantes populares. No ano de 1848, eclode um movimento revolucionário com expansão por toda a Europa, movimento que ficou conhecido como a “primavera dos povos”. No calor destes acontecimentos, se formam as primeiras organizações operárias de esquerda. Não é à toa que o Manifesto Comunista foi escrito por Marx e Engels no ano de 1848.

O DESENVOLVIMENTO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES

O Manifesto apresenta os primeiros passos da classe que tem como tarefa histórica acabar com a dominação das classes:

“O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento.



Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. Em princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica e, finalmente, operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente.

Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do artesanato da Idade Média.

Nesta fase, constitui o proletariado uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. Se, por vezes, os operários se unem para agir em massa compacta, isto não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a por em movimento todo o proletariado, o que ainda pode fazer provisoriamente. Durante essa fase, os proletários não combatem ainda seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, isto é, os restos da monarquia absoluta, os proprietários territoriais, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Todo o movimento histórico está, desse modo, concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa. Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentrados em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam os salários se tornam cada vez mais instáveis: o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários, chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em rebelião.

Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de localidades diferentes. Ora, basta esse contato para concentrar as numerosas

lutas locais que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união que os burgueses da Idade Média levaram séculos para realizar, com seus caminhos vicinais, os proletários modernos realizam em poucos anos por meio das vias férreas.”

Estes primeiros anos do movimento operário são caracterizados por formas embrionárias de organização política. O primeiro partido essencialmente operário que defendeu o voto universal foi o movimento cartista, da Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIX.

Marx comenta, na passagem seguinte, dois aspectos importantes para reforçar a luta dos trabalhadores: a divisão e conflitos entre os próprios burgueses e a luta por conquistas imediatas para a classe trabalhadora.

“A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa. Aproveita-se das divisões intestinas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra.

Em geral, os choques que ocorrem na velha sociedade favorecem de diversos modos o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em guerra perpétua; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, reclamar seu concurso e arrastá-lo assim para o movimento político, de modo que a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria.

Além disso, como já vimos, frações inteiras da classe dominante, em consequência do desenvolvimento da indústria são precipitadas no proletariado, ou ameaçadas, pelo menos, em suas condições de existência. Também elas trazem ao proletariado numerosos elementos de educação.”

A centralidade da classe trabalhadora como a única que pode ser conseqüente nos enfrentamentos da burguesia é retomada neste trecho do Manifesto:

“De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o prole-

“Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de localidades diferentes. Ora, basta esse contato para concentrar as numerosas lutas locais que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes.”

Manifesto
Comunista

“A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa.”

Manifesto
Comunista

"Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as da velha sociedade. O proletariado não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos nada tem de comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a sujeição do operário pelo capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletariado de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião, são para ele meros preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses."

Manifesto
Comunista

tariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As classes médias -pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses - combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para adotar o do proletariado."

Podemos citar vários exemplos na atualidade, da "vacilação" das classes intermediárias. Contudo, não podemos ter uma armação sectária, as classes médias urbanas são fundamentais para a luta pelo socialismo, nas condições atuais. Costumamos dizer que as classes médias, ao não terem um projeto próprio, oscilam como um "pêndulo" entre a burguesia e o proletariado. No golpe de 1964, a cúpula do exército e a burguesia tiveram apoio nas camadas mais atrasadas da classe média para impor sua ditadura. Neste caso o "pêndulo" girou à direita, para o lado da burguesia. Anos mais tarde, com a luta por "Diretas já", a classe média desempenhou papel fundamental ao lado dos trabalhadores para a obtenção de conquistas democráticas. Também na queda do presidente Collor, a classe média, castigada com medidas que tocavam em suas contas bancárias, teve um importante papel de apoio às mobilizações estudantis pelo Impeachment.

O Manifesto conclama a unidade política dos trabalhadores, apelando para o avanço de sua consciência como classe:

"Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as da velha sociedade. O proletariado não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos nada tem de comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a sujeição do operário pelo capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletariado de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião, são para ele meros preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes que no passado conquistaram o Poder trataram

de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo e apropriação que era próprio a estas e, por conseguinte, todo modo de apropriação em vigor até hoje. Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e segurança da propriedade privada até aqui existentes.

Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletário, a camada inferior da sociedade atual, não pode erguer-se, colocar-se em pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial.

A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se, contudo, dessa forma nos primeiros tempos. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia.

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia. (...)

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis."

Anos após o Manifesto ter sido publicado (1848), a França vive a primeira grande experiência de conquista do poder político por parte da classe trabalhadora, a Comuna de Paris.

A Comuna durou 72 dias: de 18 de Março a 28 de Maio de 1871, sendo resultado da luta da classe operária francesa e internacional contra a dominação política da burguesia. A causa direta do surgi-

"A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se, contudo, dessa forma nos primeiros tempos. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia. Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia."

Manifesto
Comunista

CAPÍTULO V

UM PARTIDO E UM PROGRAMA PARA LUTAR PELO SOCIALISMO

A essência do Manifesto Comunista é luta dos socialistas para que os trabalhadores conquistem o poder político.

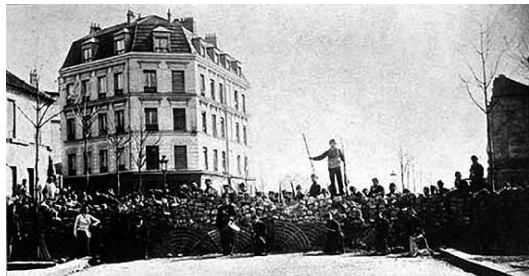
Marx e Engels não escreveram o Manifesto por “curiosidade intelectual”, nem para obter prestígio acadêmico. Escreveram pela necessidade de construir uma ferramenta para intervir na realidade, lutando por melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora.

A sua luta por um partido independente, de classe, é a “alma” do Manifesto Comunista. Tanto é assim, que a redação do Manifesto foi encomendada para o Congresso da Liga dos Comunistas, organização que nasceu da retomada da anterior “Liga dos Justos”.

UM PROGRAMA PARA AÇÃO

Forma de encarar essas tarefas, o Manifesto detalha, guardadas as diferenças relativas à época, um Programa para a ação da Liga dos Comunistas:

“O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo Capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível,



o total das forças produtivas.

Isto naturalmente só poderá realizar-se, em princípio, por uma violação despótica do direito de propriedade e

das relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. Essas medidas, é claro, serão diferentes nos vários países. Todavia, nos países mais adiantados, as seguintes medidas poderão geralmente ser postas:

- 1. Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado;*
- 2. Imposto fortemente progressivo;*
- 3. Abolição do direito de herança;*
- 4. Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos;*
- 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio;*
- 6. Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte;*
- 7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhora-mento das terras cultivadas, segundo um plano geral;*
- 8. Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura;*
- 9. Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo;*
- 10. Educação pública e gratuita para todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.*

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classes no curso do desenvolvimento e sendo concentrada toda a produção, propriamente falando, nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe e converte-se, por uma revolução, em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, ele destrói juntamente com essas relações de produção as condições do antagonismo entre as classes e as classes em geral e, com isso, portanto, sua própria dominação como classe”.

Podemos indagar: este programa é válido até hoje? Se enxergarmos as brutais condições de vida no campo brasileiro, onde existem

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classes no curso do desenvolvimento e sendo concentrada toda a produção, propriamente falando, nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político.

A luta pela emancipação dos trabalhadores, pelo ponto final na exploração e nas desigualdades, não terminou em Marx. Ao longo do século XX, travou-se intensa luta entre os representantes dos trabalhadores e os capitalistas de todo o tipo, numa época de crises, guerras e revoluções. Tivemos grandes processos e grandes partidos políticos que a esquerda até hoje reivindica.

imensas extensões de terra improdutivas, é mais atual do que nunca a bandeira da “expropriação da propriedade latifundiária”; e assim outras tantas bandeiras. Sobre a questão dos impostos: a Constituição Federal do Brasil (1988) prevê um imposto sobre as grandes fortunas, dispositivo até hoje não encaminhado (há um projeto de Lei para sua regulamentação da Deputada Luciana Genro tramitando no Congresso); a centralização nas mãos do Estado de serviços essenciais como o crédito e o transporte; em tempos de desemprego aberto, a luta para que todos possam ter condições dignas para trabalhar; o direito à educação; a proibição do trabalho infantil, chaga que até hoje choca nosso país, todos estes aspectos nos levam a responder positivamente a pergunta: o programa apresentado pelo Manifesto Comunista, em seus traços gerais, mantém a atualidade.

A luta pelo socialismo tem como eixo estratégico a conquista do poder político, a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção e de circulação e a construção de espaços democráticos de gestão da produção e da vida social através de conselhos populares.

A QUESTÃO DO PARTIDO

A luta pela emancipação dos trabalhadores, pelo ponto final na exploração e nas desigualdades, não terminou em Marx.

Ao longo do século XX, travou-se intensa luta entre os representantes dos trabalhadores e os capitalistas de todo o tipo, numa época de crises, guerras e revoluções. Tivemos grandes processos e grandes partidos políticos que a esquerda até hoje reivindica.

As grandes revoluções como a Russa, a Chinesa e a Cubana, para citar apenas os três exemplos mais conhecidos, deixaram importante legado. Ainda que nosso modelo socialista tenha sido deturpado nas mãos da burocracia stalinista, somos herdeiros destas lutas. Herdeiros de Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, da resistência contra o nazismo, do Maio francês, de Che Guevara, dos mártires que lutaram sob as ditaduras militares no Brasil, na Argentina e na América do Sul; e esta luta segue vigente.

No plano internacional, acreditamos que, do mesmo modo que Marx se empenhou para construir a primeira organização mundial de trabalhadores, a I Internacional, devemos perseguir a

unidade dos socialistas de todo o planeta. Em vários seminários internacionais promovidos pelo Partido, buscamos a aproximação com outros partidos e organizações de esquerda, pois um dos nossos princípios fundamentais é o Internacionalismo.

No Brasil, a esquerda tem uma bela história, que merece ser recuperada. O PSOL se considera herdeiro das tradições democráticas e socialistas da esquerda brasileira. Apostamos no desenvolvimento de um partido e em um programa a serviço da maioria do povo brasileiro. Afirma o programa do PSOL:

“Assim, a defesa do socialismo com liberdade e democracia deve ser encarada como uma perspectiva estratégica e de princípios. Não podemos prever as condições e circunstâncias que efetivarão uma ruptura sistêmica. Mas, como militantes conscientes e que querem resgatar a esperança em dias melhores, sustentamos que uma sociedade radicalmente diferente somente pode ser construída no estímulo à mobilização e auto-organização independente dos trabalhadores e de todos os movimentos sociais.”

O essencial é manter permanente a idéia de que não se pode propor a construção de outra sociedade sem prever seu controle pelos próprios atores e sujeitos da emancipação. Não há partido ou programa por mais bem intencionado que seja que os substituam. Uma alternativa global para o país deve ser construída via um intenso processo de acumulação de forças e somente pode ser conquistada com um enfrentamento revolucionário contra a ordem capitalista estabelecida. Nesta perspectiva é fundamental impulsionar, especialmente durante os processos de luta, o desenvolvimento de organismos de auto-organização da classe trabalhadora, verdadeiros organismos de contra-poder.

“O desafio posto, portanto, é o de refundar a concepção e a



estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a idéia – elementar, mas desconstruída pelas experiências totalitárias dos regimes stalinistas e capitulações à ordem no estilo da Terceira Via Social-democrata –, de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expressão e organização e indissociável da radical rejeição aos modelos de partido único. Reconstruir, enfim, a idéia de que o projeto de emancipação social dos explorados e oprimidos nas condições atuais é um verdadeiro projeto de emancipação da civilização humana e de defesa da vida diante das forças brutais de destruição acumuladas pelo capitalismo imperialista”.

Estás convidado a empunhar essa bandeira e a ser parte desta luta.



